

The background of the book cover is a vibrant orange-yellow gradient. It features a collage of various elements: a large, stylized illustration of the Statue of Liberty in the center, holding a torch and a tablet. Surrounding her are numerous floating books and papers. Some of the visible book covers include 'Pedagogia do Oprimido' by Paulo Freire, '1984' by George Orwell, and 'O Grande Gatsby' by F. Scott Fitzgerald. There are also various geometric shapes and symbols scattered throughout the scene, creating a sense of dynamic movement and intellectual chaos.

HALINE APARECIDA DE OLIVEIRA FLORIANO

EDUCAÇÃO COMO PAUTA:

O QUE SE ESCOLHE COMUNICAR?

CIDADANIA E DEMOCRACIA NA COMUNICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE
GOVERNO DE JAIR BOLSONARO PARA A EDUCAÇÃO.

SÃO PAULO

2019

HALINE APARECIDA DE OLIVEIRA FLORIANO

Nº USP 8919086

EDUCAÇÃO COMO PAUTA: O QUE SE ESCOLHE COMUNICAR?

Cidadania e democracia na comunicação das propostas de governo de Jair Bolsonaro para a educação.

Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Maria K. Kunsch

São Paulo

2019

FLORIANO, H. A. O. **Educação como pauta: o que se escolhe comunicar? Cidadania e democracia na comunicação das propostas de governo de Jair Bolsonaro para a educação.** 2019. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

APROVADO EM:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.”

Anísio Teixeira

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho a todas as pessoas que acreditam no poder de transformação social por meio da educação, atuando pela melhoria da qualidade da área. São tempos difíceis, mas muita gente me ensinou a esperar um futuro melhor graças a ter tido acesso à educação. Dedico também aos profissionais que confiam em uma comunicação humanizada e com compromisso social. Que tenhamos profissionais cada vez mais preocupados com o que se é comunicado e informado para a sociedade.

AGRADECIMENTOS

A minha lista de agradecimentos é imensa. Eu, criada na roça onde o acesso à educação é muito escasso, contei com o apoio de inúmeras pessoas. Primeiramente, agradeço à Deus, que me deu energia e perseverança para concluir este ciclo.

Aos meus pais, Mário Luiz Rodrigues Floriano e Benedita Pinto de Oliveira Floriano, agricultor e empregada doméstica, que não tiveram condições e o privilégio de prosseguirem os estudos, mas que se empenharam para que eu seja agora a primeira da nossa família a concluir o ensino superior, em uma das melhores universidades da América Latina.

Agradeço por todas as vezes que disseram que a transformação da nossa família viria por meio da Educação. Por terem incentivado o meu sonho de estudar na USP, por mais difícil e distante que pudesse ser. Obrigada por serem quem são. Pelas vezes que improvisaram algum material escolar ou me levaram de madrugada para pegar o ônibus para a escola, fosse a pé ou até de trator no caso dos dias muito chuvosos. E faço questão de citar a profissão de ambos porque esses anos de universitária foram de resistência e eu quero gente como a gente nesses espaços que passei a ocupar. Os anos morando e estudando na USP foram e são de nós três. Junto comigo, entraram vocês dois, então o diploma é nosso.

Aos meus amigos de longa data e familiares que acreditaram nesse sonho comigo, caminhando lado a lado, da escola, curso de idiomas, pré-vestibular e faculdade. Um agradecimento especial para: Cris, Jéssica, Caio, Lara, Bruna, Wallace, Elias, Jasmine, Léo, Letícia, Jaque, Clara, Vitor Zarantonelo, Sonete, Thaís, Natália, Iza, Lanna, Ravi, Carol, Letícia, Luiza, Juliana e Lu Gallo.

Um grande obrigada à minha segunda mãe, Cidinha, que foi também minha diretora no ensino fundamental I, quando tudo começou, em 2001, e à sua família, que me acolheu em 2014 para que eu pudesse estudar. Abro um espaço para relembrar de todos que em algum momento me cederam a casa para que eu pudesse fazer provas ou estudar, como: Lia, tia Neusa, tia Catarina e tantos outros. Serei eternamente grata pela solidariedade.

A todos os professores da minha vida; em especial, àqueles que confiaram no meu potencial e me motivaram a tentar o ingresso em uma universidade pública, quando eu sequer sabia que ela existia: Fernanda, Jair, Elvira, Eliane, Querubim, Alex, Rosana, Eliane Fontana, Natanael, Irene Prestes, Jeff, Matheus, Diogo, Rodolfo, Patty, Vera, Claunice, Silvia, Ana Claudia, Maria José e dona Rosa. Pessoas que me ajudaram acreditando na minha capacidade, doando livros, fazendo minhas inscrições nos vestibulares, explicando-me dúvidas fora do horário de aula e até pagando a taxa das provas. Esses nomes, além de terem um espaço

importante na minha trajetória, são alguns dos responsáveis por eu acreditar que a educação é a impulsionadora de mudanças em um país tão desigual como o nosso.

À minha querida professora e orientadora, Margarida Maria Krohling Kunsch, que me instruiu pessoal, profissional e academicamente. Obrigada por ser uma das pessoas mais importantes que conheci dentro da universidade, inspirando-me como pessoa, professora e pesquisadora, elevando o meu interesse pela pesquisa científica na nossa área. Meus agradecimentos também à Keynayanna, que me auxiliou nesse processo, sendo uma pessoa com quem aprendi muito e compartilhamos duas grandes paixões: comunicação e educação. E, cabe aqui também agradecer à professora Simone, com quem aprendi muito e me inspira desde a primeira aula: obrigada pelas vezes que me lembrou o porquê de estar aqui e o quão significativo é isso.

Ao Departamento de Jornalismo e Editoração por também ter me apresentado a professores incríveis, como o Luciano Maluly, que tanto me ajudou em meu primeiro ano de faculdade. Ao Projeto Redigir, meus amigos, colegas e educandos, que ressignificaram a minha graduação e fizeram com que eu me encontrasse com essa causa que me move. O Redigir com certeza foi um dos acontecimentos mais bonitos do meu curso e da minha vida. Graças a ele, pude ter a experiência de estar na sala de aula como educadora. Dele, levarei grandes amizades: Helô, Bia, Mariana, Taís, Ingrid, Bruno, Daniel, Laura e Letícia.

Aos meus companheiros de CRUSP: Carolina, Paola, Vitor e Bruna, que conviveram todos esses anos comigo e com os quais desfrutei de momentos inesquecíveis; juntos, amadurecemos e criamos um vínculo inexplicável. Ao Eduardo que me ajudou nas burocracias e nas primeiras dificuldades universitárias. Um grande obrigada às amigas de sempre: Paula e Caroline Somera, que vêm sendo um alicerce no meu dia a dia e com quem tenho compartilhado as maiores alegrias e aflições.

E este trabalho não teria sido possível se antes eu não tivesse conhecido o Instituto Natura e o Legis-Ativo. Em um, pude trabalhar com educação e comunicação, no outro eu estive diretamente conectada à política. Muito obrigada, com inspiração e respeito às minhas chefes e ao meu chefe: Fabiane Aguiar, Fabiana Shiroma, Analu e Humberto.

Por fim, agradeço à Universidade de São Paulo, capaz de unir tantas pessoas inspiradoras em um mesmo lugar. Obrigada por ter proporcionado a minha estadia e ter me tornado uma pessoa melhor. Desejo que, assim como eu, mais pessoas sejam a primeira a cursar o ensino superior, rompendo com um círculo de exclusão. Educação deve ser cada vez mais inclusiva e o instrumento por meio do qual a transformação social acontecerá. Obrigada, USP, por ter me mostrado isso. É apenas um até logo.

RESUMO

A comunicação governamental é cada vez mais essencial em regimes democráticos. Atualmente, para além das campanhas eleitorais, ela se faz presente na gestão de um governo e em suas implicações, alcançando, em decorrência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), novos canais de comunicação, como é o caso de rede social Twitter. Este canal, em 2018, revolucionou a maneira por meio da qual Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República do Brasil. Neste sentido, este trabalho pretende analisar como a comunicação governamental tem sido estrategicamente usada para falar da educação, como políticas públicas para a pasta. O período em análise se refere à campanha eleitoral até o mês de abril de 2019, adentrando também nas comunicações dos ministros que estiveram no Ministério da Educação (MEC). A comunicação estudada aqui levará em questão aspectos da cidadania e processo democrático e como o profissional de relações públicas pode colaborar na efetivação de uma sociedade democrática e cidadã.

Palavras-chave: comunicação; educação; comunicação governamental; relações públicas; democracia; cidadania; Bolsonaro.

ABSTRACT

Government communication is increasingly essential in democratic regimes. Nowadays, in addition to the electoral campaigns, it is a management company of a government and its rich, reaching, as a result of Information and Communication Technologies (TICs), new communication channels, such as the social network Twitter. This channel, in 2018, was elected president of the Republic of Brazil. This edit, this study was analyze the governmental governmental has been applied to the discussion of education, such as public policies to the folder. The period under review refers to the electoral campaign until April 2019, and also in the ministries folders that are in the Ministry of Education (MEC). A communication studied here has taken the issues of citizenship and democratic process and as the public relations professional to collaborate in the realization of a democratic and citizen society.

Key words: communication; education; government communication; public relations; democracy; citizenship; Bolsonaro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do documento oficial das propostas de governo de Jair Bolsonaro	37
Figura 2 - Tuíte de Jair Bolsonaro sobre ideologia de gênero e escola sem partido.....	41
Figura 3 - Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre a PEC 241.....	42
Figura 4 - Tuíte de Jair Bolsonaro sobre doutrinação ideológica	43
Figura 5 - Tuíte de Jair Bolsonaro sobre desempenho da Educação brasileira	44
Figura 6 - Anúncio de Ricardo Vélez Rodriguez como ministro da Educação	45
Figura 7 – Tuíte do MEC sobre olimpíada feminina de matemática	46
Figura 8 - Tuíte de Vélez Rodríguez sobre a mídia brasileira	47
Figura 9 - Carta do MEC enviada às escolas	48
Figura 10 - Tuíte de Tabata Amaral sobre Ricardo Vélez Rodriguez	49
Figura 11 - Tuíte de Bolsonaro sobre a troca de ministros no MEC	49
Figura 12 - Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre Olavo de Carvalho e Paulo Freire	50
Figura 13 - Tuíte de Bolsonaro sobre investimento nas faculdades de humanas	52
Figura 14 - Tuíte de Bolsonaro sobre a tragédia na escola Professor Raul Brasil.....	55
Figura 15 - Tuíte de Carlos Bolsonaro sobre as redes sociais de Jair Bolsonaro	57
Figura 16 - Tuíte de Bolsonaro sobre a Secom.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

EJA - Educação Entre Jovens e Adultos

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PIB - Produto Interno Bruto

PISA - Programme for International Student Assessment

PNE - Plano Nacional de Educação

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

RP - Relações Públicas

Secom - Secretaria de Comunicação

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

TSE - Tribunal Supremo Eleitoral

UFA - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO: A BASE DA TRANSFORMAÇÃO CRÍTICA E SOCIAL	17
1.1 Educação brasileira em pauta: desafios e caminhos	17
1.2 Educação e o despertar da reflexão crítica	21
1.3 Educação: caminho para a cidadania	23
2 CIDADANIA E PROCESSO DEMOCRÁTICO	26
2.1 Comunicação governamental a favor da cidadania	26
2.2 As redes sociais como espaço para a cidadania	31
2.3 Democracia na comunicação via redes sociais	33
3 ESTUDO DE CASO: COMUNICAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO PARA A EDUCAÇÃO	36
3.1 Educação na proposta oficial de governo de Jair Bolsonaro	35
3.2 Comunicação de Jair Bolsonaro via debates e Twitter	40
3.3 Educação em pauta pós-eleições	47
3.4 Propostas que comprometem a cidadania e o processo democrático	51
4 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS	54
4.1 O relações-públicas na história e na sociedade contemporânea	54
4.2 O papel estratégico do profissional de relações públicas na política	59
4.3 Perspectivas e desafios para a área de relações públicas	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

A área da Comunicação e o profissional de relações públicas cada vez mais possuem função-chave, ao serem porta-vozes e personagens pelos quais passam as informações difundidas para a sociedade, por meio dos veículos e ferramentas de comunicação, independentemente de estarem representando ou se referindo a uma organização ou pessoa do terceiro setor, ou aos setores público e privado. Em decorrência disso, temas relevantes para a sociedade ganham força e podem ser estrategicamente colocados sob holofote e gerar questionamentos.

Quando pensamos no diálogo com a nossa Constituição Cidadã¹, a educação surge como uma das prioridades e como direito social. De acordo com a própria Constituição², além de ser um direito de todos e dever do Estado e da família, ela deve ser incentivada com a colaboração da sociedade. Sendo, então, uma causa-base que permeia a todos nós, cabe aos nossos representantes e pessoas diretamente ligadas à área, tornarem a compreensão mais simples no que tange os termos e políticas públicas direcionadas para o segmento educacional. Por isso, contar com o acompanhamento do profissional de relações públicas é um grande alicerce.

Mais que isso, falando-se em cidadã, por meio da educação, a conscientização e a efetivação da cidadania se tornam possíveis. Sem a educação equânime e de qualidade, as discrepâncias sociais aumentam. Mas quando tida como prioridade e com os devidos investimentos, contribui para o crescimento do país e com a redução das desigualdades, impactando também na diminuição dos gastos com saúde pública, além de melhorar os índices de segurança. “A sociedade brasileira, apesar de tanto falar em educação, ainda não sabe quanto a educação pode melhorá-la” (RIBEIRO, 2018, p. 64).

Por conseguinte, neste trabalho, a escolha do tema abordado inicia-se por uma questão pessoal, mas desdobra-se por ser assunto de impacto social, que vem ganhando espaço entre os debates e a opinião pública. O foco estará em realizar um estudo comunicacional da proposta de governo de Jair Bolsonaro para a educação; isto é, entender quais foram e são as pautas prioritárias desse novo governo que se constitui, atentando para os canais e a maneira como elas são comunicadas pelo presidente e os integrantes de sua equipe. Comunicar sobre a Educação é um compromisso. Responsabilidade assumida principalmente nesse momento em

¹ A nossa atual Constituição, de 1988, apresenta-se como “Constituição Cidadã. Desde a sua instauração, representa a ampliação dos direitos humanos e efetivação da cidadania após 21 anos de ditadura militar brasileira.

² Do Título VIII - Da Ordem Social, capítulo III.

que a causa é um dos temas centrais no mundo todo. A Educação é o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas³, agenda que enfatiza a necessidade de um sistema educacional que garanta equidade e qualidade no ensino para todas e todos.

No Brasil, os extremos e a intolerância tiveram destaque durante a eleição presidencial de 2018. Após a passagem da campanha eleitoral e início do novo governo, este trabalho busca responder a pergunta: *Como a comunicação governamental tem sido estrategicamente usada para falar sobre educação?* Durante o embate entre os candidatos, muito se falou genericamente; agora, com Jair Bolsonaro à frente como presidente da República, visa-se especificamente estudar o uso de sua comunicação para tratar da educação, suas propostas políticas e bandeiras defendidas por ele, bem como as que estão representadas dentro do Ministério da Educação (MEC). E tendo as propostas, como elas são comunicadas, convergindo ou não com aspectos fundamentais da nossa sociedade: a cidadania e a democracia.

Para isso, tem-se como objetivo geral: compreender a comunicação do presidente eleito, Jair Bolsonaro, enquanto estratégia para abordar a educação. Como objetivos específicos foram estabelecidos quatro:

1. Entender o novo cenário da comunicação e das redes sociais no âmbito do Poder Executivo Federal para a causa da educação.
2. Fundamentar a cidadania por meio da educação.
3. Realizar um estudo reflexivo sobre comunicação governamental e democracia.
4. Identificar como o profissional de relações públicas pode colaborar para o processo democrático.

Entre os eixos temáticos trabalhados estão a Comunicação, Educação, Política e Cidadania. Conquanto, tratar da educação brasileira nos leva ao contato imediato também com o educador e patrono Paulo Freire, referência internacional na área. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que Freire é o terceiro teórico mais citado em trabalhos acadêmicos no mundo, Bolsonaro e os integrantes de seu governo estimulam o discurso de que é preciso expurgar a

³ O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 compromete-se a assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. No total são 17 ODS integrantes da agenda 2030 da ONU.

metodologia de ensino baseada no estudioso brasileiro. Política, Cidadania e Comunicação, além de conversarem também com a Educação, estão presentes em Paulo Freire.

Busca-se o estudo das políticas propostas para identificar se colaboram na efetivação da cidadania, esta que é viabilizada em muito por meio de políticas públicas educacionais. O acesso à educação de qualidade é cidadania. Os eixos dialogam porque o estudo é comunicacional, investigando a importância da comunicação e das relações-públicas para um tema tão sensível, que exige um profissional cada vez mais humanizado, que saiba sensibilizar, traduzir e informar sobre as práticas propostas. É preciso enxergar a comunicação como aliada em todo esse processo.

Ao longo dos anos, os canais e formas de se comunicar estão sofrendo mudanças consideráveis, que atingem os relacionamentos pessoais até às organizações de poder social, públicas ou privadas, bem como os processos. Em 2018, as eleições no Brasil passaram por uma nova maneira de “fazer campanha eleitoral”; vivenciamos mais do que nunca o protagonismo das redes sociais digitais, o papel fundamental do WhatsApp e Twitter e até o perigo da difusão das *fake news*. “Todo esse avanço tecnológico exige uma revisão teórica e prática de tudo que se entende por comunicação” (REGO, 1985, p. 13), principalmente ao pensarmos nas últimas eleições, quando esses canais despontaram e ganharam espaço.

Diante disso, muitas questões surgem como objeto de estudo. Política é comunicação, é *advocacy*; é persuasão. Política pública envolve direitos coletivos e o bem-estar social, na garantia de direitos básicos como o acesso à educação de qualidade. Entretanto, em um atual contexto tomado pela deslegitimação da imprensa oficial, fortalecimento das redes sociais e até a rápida difusão de informações falsas, é ainda mais premente compreender e tratar com transparência, tornando compreensível as prioridades de um governo.

No que tange a sua metodologia, este trabalho se constitui de uma pesquisa documentária descritiva e exploratória, na qual se desenvolveu uma análise qualitativa de algumas das comunicações feitas pelo governo de Jair Bolsonaro no período de campanha eleitoral de 2018 até o mês de abril de 2019. O estudo foi feito essencialmente por meio de coleta de trechos das propostas de governo para a educação, presentes no documento oficial apresentado por Jair Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de publicações nos perfis oficiais no Twitter: conta autenticada do presidente da República; do Ministério da Educação (MEC); do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez e do atual ministro Abraham Weintraub; soma-se a essa análise, uma atenção às notícias de jornais. Para maior contato com as bandeiras defendidas, também se recorreu aos vídeos dos dois debates em que Bolsonaro participou e estão disponíveis no YouTube.

O compilado e a escolha de materiais foram importantes para identificar as pautas recorrentes nos diferentes canais, bem como explorar como a comunicação governamental tem sido usada estrategicamente para falar sobre educação no Brasil. Neste sentido, quatro capítulos foram desenvolvidos: no primeiro, o foco está na Educação, isto é, fez-se uma contextualização do seu atual cenário, desafios e como ela pode ser uma via para a consciência crítica que efetiva a cidadania. Para essa construção, recorreu-se a autores como Ribeiro (2018), Gutiérrez (1988), Baccega (2009), Weffort (1967) e obras de Paulo Freire, além de dados do Censo Escolar 2018, o levantamento feito pela ONG Todos Pela Educação e o estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aqui, os pensamentos – que nos remetem a diferentes momentos da nossa sociedade – foram relacionados aos dados da Educação brasileira de 2019, em sentido de dialogar com o que avançamos ou que ainda permanecem intactos.

No segundo tópico, trata-se da cidadania e processo democrático, em consonância com a educação e em como a comunicação governamental pode ser estratégica nesse processo. Para este capítulo, entre os autores que sustentaram o desenvolvimento estão, além daqueles citados anteriormente: Duarte (2009), Rego (1985), Peruzzo (2011), Weber (2011) e Pozobon (2011). Mais de uma referência de Margarida Maria K. Kunsch, Cândido Teobaldo de Souza Andrade e Heloiza Matos também se fizeram presentes.

A abordagem do capítulo seguinte concentra-se no estudo de caso, para o qual utilizou-se a proposta de governo oficial de Bolsonaro nas eleições de 2018, além de terem sido selecionados alguns tuítes. Autores já trabalhados foram revisitados, em uma análise sobre comunicação para a educação, adentrando cidadania e o processo democrático, essencialmente via redes sociais, no caso, o Twitter. E, por último, segue-se com o capítulo final sobre a importância do profissional de relações públicas. Para ele, atentou-se às concepções das obras de Margarida Maria K. Kunsch e Cândido Teobaldo de Souza Andrade, bem como Grunig (2011), Rego (1985), Ferreira (2004) e Simões (1995).

Enfatiza-se, ainda, que estando a Educação intrinsecamente relacionada à democracia e cidadania, carece de um olhar especial quando a causa é comunicada, pois por meio do processo comunicacional tem-se uma ferramenta para efetivar os valores democráticos que por si só pressupõem a participação e o conhecimento do que acontece nos órgãos governamentais. Em um sistema democrático, no qual o povo escolhe seus representantes, estes devem manter o compromisso de informar com transparência e objetividade cada ação ou decisão tomada para todas as áreas. Aqui, no caso, o recorte feito foi o setor educacional, sabendo-se em como ela gera impacto social: sendo ela de qualidade ou não, deixará resquícios históricos, para o bem ou para o mal.

Em suma, destaca-se que o tema é atual e inovador, estando a sua análise apenas começando, visto que o mandato de Jair Bolsonaro iniciou recentemente, com muitos desdobramentos possíveis pela frente. Propõe-se o olhar para a comunicação da causa educacional porque o regime democrático é o regime que mais precisa e tem abertura para que o relações-públicas exerça sua atividade. Isto porque é a forma de governar que conta com a participação da sociedade e, portanto, deve estimular que ela faça parte, integre e compreenda os processos. “Falar em comunicação significa, em primeiro lugar, reconhecer que estamos numa sociedade em que o conhecimento e a informação têm tido um papel fundamental, tanto nos processos de desenvolvimento econômico quanto nos processos de democratização política e social” (BARBERO, 2011, p. 123).

1 EDUCAÇÃO: A BASE DA TRANSFORMAÇÃO CRÍTICA E SOCIAL

“A educação conserva uma potencialidade enorme para nos tirar dos impasses que o Brasil vive e que não datam de hoje” (RIBEIRO, 2018, p. 12).

No Brasil, Educação é dívida histórica; por isso ela deve ser uma das causas mais prementes entre as prioridades de nossos representantes e sociedade. Este trabalho, na medida em que tratará da comunicação governamental do presidente Jair Bolsonaro e de sua equipe no que diz respeito à educação, inicialmente apresentará, neste capítulo, uma breve contextualização do atual cenário educacional brasileiro, apontando os principais desafios da área. Posteriormente, a educação será analisada como instrumento para a construção crítica do cidadão social, colaborando na efetivação da cidadania e na legitimação da democracia.

1.1 Educação brasileira em pauta: desafios e caminhos

“Tomar conhecimento do tamanho da desigualdade é o primeiro passo para buscar os meios de superá-la” (RIBEIRO, 2018, p. 62).

Educação de qualidade é um dos direitos básicos que a Constituição Cidadã de 1988 pressupõe que o Estado garantirá para todos os cidadãos; no entanto, educação é política pública: necessita de planejamento, legislação e continuidade. Na concepção de Muniz Sodré (2012), toda educação é política e, na nossa sociedade, conforme as trocas de mandato acontecem, dificilmente se dá continuidade às políticas em andamento.

Há a tradição de descartar e recomeçar, o que prejudica a efetivação de medidas que garantam a educação pública equânime e de qualidade para todos. Educação é política porque o investimento nela é capaz de transformar a sociedade e repercutir em outras áreas. Além disso, educação é conscientização, inclusive sobre política e cidadania, como veremos mais adiante. Marx (1845) acreditava que “os homens são produto das circunstâncias e da educação e, portanto, os novos homens são produto de circunstâncias distintas e de uma educação distinta. Mas não se deve esquecer de que as circunstâncias são mudadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” ⁴ (MARX, 1845 apud GUTIÉRREZ, 1988, p. 40). Isto é, a educação pode ser mudada de acordo com a concepção de quem está no poder e o que é mais conveniente naquele momento, podendo ser uma aliada da cidadania e formação crítica.

⁴ K. Marx, citado por Theo Dietrich em *Pedagogia Socialista*. Salamanca, Ed. Sígueme, 1976.

Atualmente, no que tange investimentos, o Brasil destina 6% do PIB⁵ (Produto Interno Bruto) para a educação pública. E, do lado dos efeitos na ponta, os resultados não têm sido satisfatórios, ainda que o país tenha avançado no cenário de anos passados, quando olhamos para a história da educação brasileira, principalmente no acesso à educação por parte das famílias mais pobres e das regiões periféricas.

Dentro dos indicadores internacionais, o país ocupa as últimas posições. No Pisa (Programme for International Student Assessment), uma das principais avaliações, entre os 70 países avaliados em 2015, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática, por exemplo. De acordo com um balanço feito pela ONG Todos Pela Educação⁶ (2018), temos 48,6 milhões de alunos, correspondentes a 617 Maracanãs lotados, estando eles distribuídos em 184 mil escolas, sendo 78,5% delas da rede pública. Não obstante, devido aos avanços dos últimos anos, mais pessoas estão indo à escola; no caso de nossas crianças e jovens, o número de matriculados já alcançou os 96,4%. Em 1970, esse número era de apenas 48%, o que mostra o quanto progredimos, mas ainda temos desafios; um deles é que 1,5 milhão estão fora da escola.

Além de garantir que estejam na escola, precisamos de atenção quanto a qualidade do ensino. O estudo também mostra que a cada 100 crianças, apenas 45 sabem ler na “idade certa” (8 ou 9 anos). Em relação ao ensino fundamental, 24,1% das crianças não conseguem concluir essa fase até os 16 anos. No caso do ensino médio, os dados são mais preocupantes: 40,8% dos jovens não concluem até os 19 anos. No quesito aprendizagem, quando chegamos ao final do ensino fundamental, 66,1% não aprenderam português no nível considerado adequado: estamos formando uma massa de “analfabetos funcionais”, que terão dificuldades na parte mais básica de interpretação, por exemplo. Ao fim do ensino médio, 92,7% não atingem nível satisfatório de conhecimento sobre matemática. Imaginemos, então, as condições que esses jovens terão para ingressar no ensino superior.

Os dados do Censo Escolar de 2018 complementam ainda mais esse panorama. O número de matrículas na educação infantil elevou 11,1% de 2014 a 2018, atingindo 8,7 milhões em 2018. O crescimento é atribuído ao aumento das matrículas da creche. Já no caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), houve uma redução de 1,5% de matrículas no último ano, alcançando 3,5 milhões em 2018. As preocupações também chegam aos temas de infraestrutura e formação dos professores. Uma em cada três disciplinas é lecionada por

⁵ O Produto Interno Bruto equivale à soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

⁶ Levantamento disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao>

professor sem formação específica. Das escolas públicas do ensino fundamental, 63,4% têm acesso à internet, enquanto entre as escolas particulares o número é de 96%. Da rede pública, somente 8% do ensino fundamental e 38,8% do ensino médio têm laboratório de ciências; nas privadas, o índice chega a 26,3% e 57,2%, respectivamente.

Todos esses números comprovam a necessidade premente de investimentos na educação e em tudo que a circunda (formação de professores, infraestrutura, material didático, diretrizes pedagógicas, financiamento e etc.), exigindo até mesmo o estabelecimento de “uma nova sociedade”, todavia, a educação é também utilizada como forma de se manter certa divisão social, do interesse de quem está no poder, colaborando na manutenção das desigualdades. Por isso, para Gutiérrez (1988, p. 42), “falar de uma nova sociedade enquanto existir uma elite econômica e politicamente dominadora, dona da armadura do sistema e acumuladora dos benefícios sociais, é um engano”.

Os desafios são muitos, como se observa, pois educação é assunto complexo, que vai além da escola: envolve gestão eficiente, comunidade, infraestrutura e muito mais. Além disso, a educação não forma (ou não deveria formar) apenas profissionais, mas sim cidadãos críticos. Assim como Baccega (2009), acredita-se que:

O campo obriga a inclusão de temas como mediações, criticidade, informação e conhecimento, circulação das formas simbólicas, ressignificação da escola e do professor, recepção, contextualização sociocultural da realidade, consumo/consumidor, entre muitos outros (BACCEGA, 2009, p. 242).

Observa-se que o debate é mais profundo e envolve questões como congelamento de gastos, desempenho dos alunos, evasão escolar, conteúdo curricular, financiamento e diretrizes de aprendizagem. Está em pauta, por exemplo, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷, que assume o compromisso de guardião para a promoção de uma educação integral, visando o acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, respeitando a diversidade e agindo no combate aos preconceitos e discriminações. No documento oficial com os preceitos e concepções da BNCC, destaca-se a sua consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), além de enfatizar que é orientada pelos princípios

⁷ De acordo com o próprio documento da BNCC, é um material plural, contemporâneo e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas.

éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Ocorre que, assim como exposto por Gutiérrez, “de acordo com o número de anos de escolaridade gastos, o ser humano terá oportunidade de optar por posições sociais relevantes na política, na economia e na cultura, forma totalmente aceita e admitida por todos e que possibilita a perpetuação das estruturas atuais” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 48). Viabilizar que mais crianças, jovens e adultos avancem o acesso a níveis maiores de educação é permitir que tenham mais oportunidades. Quem deixa de ter acesso, tem a sua vida estagnada e se distancia cada vez mais de posições do topo hierárquico.

A BNCC, por exemplo, tem a premissa de abranger as competências gerais e completas, incluindo a ajuda no desenvolvimento da cidadania, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸. De acordo com a BNCC (2017), as competências definidas reconhecem que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”. Medidas como a BNCC alinham-se à necessidade de se ter a formação integral dos alunos, incluindo um plano de carreira, de nossas crianças e jovens, que serão o futuro do país. A escola é parte integrante da comunidade, portanto deve trabalhar com os temas dela.

O momento atual, com espaços como a internet, que abre a porta para o diálogo, exige que tenhamos cidadãos mais críticos e questionadores; como situa Baccega, “o ensino de qualidade continua a ser aquele que busca, através de projetos adequados, a inserção do aluno como cidadão crítico (BACCEGA, 2009, p. 248). Percebe-se que a efetivação da educação de qualidade passa por um conjunto de fatores; que vão além de números e estatísticas. O que trabalharemos a seguir é a educação como ferramenta para a construção cidadã e crítica da sociedade.

⁸ A Agenda 2030 da ONU apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o objetivo número 4 destinado à educação de qualidade.

1.2 Educação e o despertar da reflexão crítica

Em um país democrático como é o caso do Brasil, a democratização passa pela educação; mais que o acesso, a construção cidadã que é possível por meio dela. Cada vez mais é necessário vê-la como uma ferramenta que ultrapassa a sala de aula e ameaça privilégios, principalmente em uma nação marcada por desigualdades. Mas até a consciência sobre essas discrepâncias sociais é um processo de desconstrução. “Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância” (FREIRE, 1967, p. 95). Chega-se à democracia quando o processo é apoiado no desenvolvimento da capacidade crítica do cidadão, pois assim ele pode ser também agente questionador e entendedor das realidades do seu entorno.

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe (FREIRE, 1967, p. 81).

Os excertos de Paulo Freire nos descrevem uma educação que desperta a consciência; para esse florescer, a criança, adolescente e jovem precisam ser inseridos e instigados ao debate, a fim de que reflitam a respeito das questões circundantes. Ainda para Freire (1967):

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa in experiência democrática, alimentando-a (FREIRE, 1967, p. 93).

A escola é um dos espaços propícios para que aconteça essa reflexão crítica da realidade. E se queremos uma sociedade democrática, devemos oferecer de fato as condições para tal. Resgatando a nossa história, um dos objetivos e resultados do golpe de Estado vivido pelo Brasil, segundo Francisco Weffort (1967, p. 8), foi “desestruturar o maior esforço de democratização da cultura já realizado no Brasil”. O estudioso se refere à experiência de Paulo Freire, quando o educador alfabetizou milhares de trabalhadores em alguns poucos meses, isso porque Freire impulsionou o contato entre eles com a realidade na qual estavam inseridos,

permitindo que houvesse a indagação crítica. A Educação gera mudança em todos os sentidos. É capaz de mudar a realidade de alguém ao proporcionar-lhe novas oportunidades; e também muda as concepções, desfazendo estereótipos e refazendo conceitos sobre a sociedade. Nas palavras de Gutiérrez (1988):

A educação verdadeira é a mudança, é transformação da pessoa pelo que se dá e pelo que se recebe. É interação, da mesma forma que a educação, na medida em que é uma transformação que muda o que se aprende. A aprendizagem, quer dizer, a mudança, é uma condicionante e uma prova tanto do bom comunicador como do bom educador. Aquele que comunica codificando a realidade aprende tanto quanto aquele que descodifica ao aprender essa mesma realidade. Educação e comunicação são um mesmo e único processo de co-participação, de co-produção, de co-entendimento e co-comunhão (GUTIÉRREZ, 1988, p. 75).

Como veremos mais adiante, Paulo Freire tem sido alvo do governo de Jair Bolsonaro. Coincidentemente - ou não - os ataques ao educador não são exclusivos de hoje. Segundo Weffort (1967):

Convém não tomar muito a sério as acusações dos reacionários que confundem sua concepção educacional com qualquer concepção política determinada. Este educador sabe que sua tarefa contém implicações políticas, e sabe ademais que estas implicações interessam ao povo e não às elites. [...] Uma pedagogia da liberdade pode ajudar uma política popular, pois a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência (WEFFORT, 1967, p. 11).

Paulo Freire aparece neste tópico sobre a educação como forma de desencadear o pensamento crítico pois entende-se a educação como combate às manipulações políticas com as quais historicamente nos deparamos. Em consonância a isso, o campo fundamental de reflexão de Freire estava na consciência e compreensão do mundo pela ótica dos educandos e cidadãos. Ao saber dessa potencialidade, ele acreditava em “uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida” (FREIRE, 1967, p. 93).

Para o educador, a efetivação do processo democrático contaria com a participação dos cidadãos, quando a estes já “não se satisfaz em assistir. Quer participar. A sua participação, que implica numa tomada de consciência apenas e não ainda numa conscientização — desenvolvimento da tomada de consciência — ameaça as elites detentoras de privilégios”

(FREIRE, 1967, p. 54). A educação tem condições de oferecer ao estudante ferramentas para que ele faça a “leitura do mundo” e assim possa transformá-la. “O que nos deixa perplexos é ouvir ou ler que pretendíamos ‘bolchevizar o País’. [...] Encarávamos e encaramos a educação como um esforço de libertação do homem e não como um instrumento a mais de sua dominação” (FREIRE, 1967, p. 121).

O educador brasileiro acreditava no papel de transformação social da educação e que essa transformação derrubaria regimes e instâncias que promovem a dominação dos grupos minoritários. E se caminhamos - ou queremos caminhar - para uma sociedade que transite para a redução das desigualdades, o modelo de educação deve questionar, provocar e tornar os cidadãos conscientes, tornando-os de fato cidadãos do seu tempo. Na concepção de Freire (1967):

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, ‘ouvindo, perguntando, investigando’. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade (FREIRE, 1967, p. 90).

Em consonância com essa efetivação da democracia está também a cidadania, que veremos a seguir.

1.3 Educação: caminho para a cidadania

“Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão” (WEFFORT, 1967, p. 9).

O acesso à educação é também o acesso à cidadania e esse fato se tornou mais notório especialmente com a promulgação da Constituição Cidadã, que inseriu a educação como um dos direitos básicos a ser garantido para todos. Por ser o Brasil um país com dívida histórica no oferecimento de uma educação pública de qualidade para todos e todas, a reivindicação por ela, como expõe Weffort (1967, p. 16) “foi uma das várias formas de mobilização adotadas no Brasil”.

A escolha de Paulo Freire em alfabetizar uma população interiorana do Nordeste⁹ estava em permitir a reflexão crítica e a reivindicação de seus direitos, ou seja, a conscientização de uma comunidade para que ela tenha acesso àquilo que lhe diz respeito. Por isso, como campo por onde caminha a cidadania, a nossa educação deve ir além de conhecimentos técnicos. Se a educação não fosse tão poderosa, ela não seria temida como é. Já naquela época, Freire precisou conter o seu trabalho devido a ditadura militar e o novo antigo conhecido: o receio da implantação do comunismo.

O plano de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos que já se encontravam capacitados para atender, durante este ano, a aproximadamente 2 milhões de alfabetizados (30 por círculo, com duração de 3 meses cada curso). Tinha início assim uma campanha de alfabetização em escala nacional que envolvia, nas primeiras etapas, os setores urbanos, e deveria estender-se imediatamente depois aos setores rurais (WEFFORT, 1967, p. 10).

Remete-se ao “novo antigo conhecido” pois as propostas de Jair Bolsonaro para a educação inserem como tópico o comunismo, embora ele nunca tenha prosperado no Brasil. O mais paradoxal é a associação feita entre o comunismo e a educação considerada libertadora, isto é, que induz questionamentos; Freire foi - e volta a ser agora em 2019 - criticado por idealizar uma alfabetização e a ampliação democrática da participação popular.

Nestes últimos anos, o fantasma do comunismo, que as classes dominantes agitam contra qualquer governo democrático da América Latina, teria alcançado feições reais aos olhos dos reacionários na presença política das classes populares. O movimento de educação popular, solidário à ascensão democrática das massas, não poderia deixar de ser atingido. Desde antes do golpe de Estado seu trabalho se constituía num dos alvos preferidos dos grupos de direita (WEFFORT, 1967, p. 11).

Para além das questões que colocam o comunismo no centro dos problemas sociais, aqui a ênfase está em Paulo Freire ser um dos exemplos de quem quis deixar o legado de uma educação crítica. À época e na conjuntura contemporânea, como veremos nos próximos capítulos, o estímulo ao pensamento crítico aparece ligado erroneamente ao comunismo. Diz-se que é um equívoco porque a educação tem o poder de ser provocativa, independentemente de ser sobre o governo vigente ou as ideologias de oposição. Somente esse caráter crítico da

⁹ “Os vínculos do trabalho de Paulo Freire com a ascensão popular são bastante claros. Seu movimento começou em 1962 no Nordeste — a região mais pobre do Brasil, cerca de 15 milhões de analfabetos para uma população de 25 milhões de habitantes. O resultado foi ter 300 trabalhadores alfabetizados em cerca de 45 dias” (WEFFORT, 1967, p. 10).

educação pode conduzir o estudante às reflexões que o farão indagar se de fato os direitos básicos que cabem tanto a ele quanto à sociedade estão sendo executados. Isto é, se sua cidadania está sendo praticada ou contida.

2 CIDADANIA E PROCESSO DEMOCRÁTICO

“O Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem escolas” (FREIRE, 1967, p. 66).

Assim como é da concepção do ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro (2018), acredita-se que a Educação que forma para a vida é aquela que comunica e ensina a pessoa a ser cidadã; que a leva para o conhecimento além das disciplinas curriculares. Cidadania é intrínseca à democracia e educação. Dialogando com esse pensamento, neste capítulo será apresentado o conceito de comunicação governamental. Primeiramente, discutir-se-á o local que habita, bem como a maneira de contribuição para a efetivação da cidadania e da democracia. Posteriormente, abordar-se-á a educação como pauta nas redes sociais e se estas facilitam ou não o cumprimento da cidadania, além de se analisar o quão democrático é comunicar massivamente pelas redes sociais.

2.1 Comunicação governamental a favor da cidadania

Ao manter nesse trabalho o foco na comunicação que vem sendo feita pela gestão do presidente Jair Bolsonaro¹⁰ acerca da educação brasileira, tem-se uma expressão importante da área da comunicação social e das relações públicas que deve ser analisada: comunicação governamental, integrante do mix das relações públicas (RP). Para entendê-la, antes é válido observar o próprio papel das relações públicas; de acordo com Margarida Kunsch (2003, p. 90), “apresentam uma atividade abrangente; como disciplina acadêmica e atividade profissional, têm como objeto as organizações e seus públicos, instâncias distintas que, no entanto, se relacionam dialeticamente”.

A missão fundamental de Relações Públicas, em qualquer governo democrático, consiste em obter a participação de todos os grupos que integram a comunidade, nos processos socioeconômico e político, de modo que o governo alcance os maiores resultados e para os quais os relacionistas públicos deverão contribuir com o conjunto de seus conhecimentos e técnicas (ANDRADE, 1983, p. 15).

¹⁰ Destaca-se que o período levado para estudo foi o das eleições de 2018 até o mês de abril de 2019.

As instituições podem se relacionar com diferentes *stakeholders* para diversas finalidades. Neste sentido, uma das vertentes são as relações firmadas por pessoas e instâncias do governo, entrando aqui a comunicação governamental. Como exposto no excerto introdutório de Teobaldo de Souza Andrade, o RP no governo deve intermediar as relações com os grupos de interesse, a fim de estimular a participação, pois o governo é responsável por gerenciar os produtos de interesse público da sociedade. Para Duarte (2011):

A comunicação governamental diz respeito aos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo os gestores e a ação do Estado e a sociedade. Estado, nesse caso, é compreendido como o conjunto das instituições ligadas ao Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo empresas públicas, institutos, agências reguladoras, área militar e não deve ser confundido com governo (DUARTE, 2011, p. 2).

Rego (1985) também destaca que a comunicação governamental é uma das formas de se falar do interesse público:

A comunicação governamental é uma necessidade social, mais que uma infraestrutura de sustentação do Poder. Por sua rede, os segmentos sociais tomam conhecimento do que se passa nos diversos setores do Governo e, por seu intermédio, transmitem aos governantes suas expectativas e desejos. Deve ser entendida, pois, como via de duas mãos. Comunicação governamental – vasta rede formal criada e localizada no interior das organizações governamentais. Seu objetivo primordial é levar à opinião pública fatos de significação, ocorridos na esfera governamental. Envolve as atividades do jornalismo, das relações públicas, da publicidade e da propaganda, da editoração, do cinema, do rádio, da televisão, além das ações de comunicação informal (REGO, 1985, p.44).

Como visto no excerto, o modelo ideal para exercer a comunicação governamental seria aquele que a implementa por intermédio de duas vias, no qual, segundo Kunsch (2003, p. 107), “busca-se entendimento e compreensão mútua entre a organização e seus públicos”. Ainda que seja o mais ideal, é também o mais difícil de ser praticado, principalmente quando realizamos uma análise histórica. Essa observação insere a comunicação governamental como inerente ao governo, em decorrência disso, durante muito tempo ela ficou marcada pela manutenção de políticas públicas de viés autoritário: o governo de Getúlio Vargas, que definiu políticas de controle de informação, cujo apogeu se deu entre 1939 e 1945, e o Regime Militar (1964 – 1985), que tinha como foco do sistema de comunicação social a propaganda, a promoção, o controle e a censura.

Cândido Teobaldo de Souza foi um dos precursores do estudo da comunicação e, em especial, das relações públicas governamentais. Além de enxergar esse papel assumido durante os governos autoritários, para ele “compete ao administrador público manter abertas as fontes de informação e os canais de comunicação, expungindo-os das barreiras e distorções semeadas pelos grupos de pressão” (ANDRADE, 1982, p. 84). Na sua concepção, as relações públicas no governo assumem grande responsabilidade, incluindo a “determinação do interesse público em sua identificação com o consenso social” (ANDRADE, 1982, p. 92).

No que diz respeito à comunicação de governos como o de Getúlio Vargas, Duarte (2011, p. 123) explica que “a comunicação governamental remetia ao processo unilateral-vertical-persuasivo a serviço de autoridades e políticas governamentais e acabou ficando com uma forte carga negativa.” Dentro dessa caracterização, se há autoritarismo na comunicação e em suas mensagens, o processo da troca de duas mãos é anulado. Embora não sejam sinônimas, as áreas de comunicação governamental e comunicação pública adentraram um mesmo terreno ao estarem associadas ao reforço do poder político de um governo, por isso podem ser confundidas.

Quando tomada no sentido negativo, a comunicação governamental por vezes é relacionada à propaganda e/ou marketing político. Isso acontece essencialmente pela confusão e distância ainda existentes a respeito da atuação do relações-públicas. Sua atividade foi por anos confundida com a dos publicitários, por exemplo, absorvendo para si os créditos indiretos e errôneos de também fazer “propaganda enganosa” ou manipulação das massas. Mas relações públicas, como sugere o próprio nome, trabalha com relacionamentos, tanto da entidade representada quanto dos públicos envolvidos.

Portanto, a comunicação governamental deve ser direcionada para tratar de temas de interesse global, que afetam a sociedade como um todo. É uma vertente inerente aos representantes políticos, uma vez que estes falam em nome do povo, para o povo, sobre o povo e causas que o afetam. A comunicação governamental já não é a mesma que aquela feita por Getúlio Vargas, ao passo que a sociedade e os meios de comunicação se revolucionaram. Se à época o rádio despontava, hoje, com os avanços tecnológicos e a incorporação da internet, as redes sociais também passaram a ser instrumento para se fazer a comunicação de um governo.

Observa-se que os processos comunicacionais ligados à política tiveram papel fundamental durante regimes totalitários, para mostrar ordem e coordenar as mensagens que seriam públicas. Todavia, hoje, dentro da democracia brasileira, a comunicação governamental aparece em um passo adiante. Ou seja, ela sai de dentro do governo para fora, com o intuito de alcançar de fato visibilidade e transparência com os seus *stakeholders*, para que estes possam

fazer parte do processo, emitindo seus pareceres. Conforme será notado em breve, a análise da comunicação de Jair Bolsonaro evidencia que o presidente realizou uma comunicação que não dependia totalmente da mídia. Inclusive, ele teve um embate contra os veículos de comunicação, acusando-os de possuir uma “ideologia de esquerda” e manipulação dos fatos e notícias.

É importante diferenciar comunicação governamental de comunicação pública posto que esta já passou por uma transição importante. No que diz respeito a essa transição, para Matos (2011):

Antes sustentada pelos conceitos de propaganda política, comunicação governamental, comunicação institucional, marketing político e eleitoral (que marcaram o período da ditadura militar – de 1964 a 1985 – e da consolidação democrática), a comunicação pública passou a desvincular-se do papel exclusivo de comunicação entre governo e cidadão, repercutindo as transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil nas três últimas décadas (MATOS, 2011, p. 40).

Se por um lado a comunicação governamental pode estar restrita à informação do que ocorre no governo, a comunicação pública permite um campo mais abrangente ao tratar do que é do interesse público. Matos (2011) destaca que:

[...] daí resultaria uma convergência entre comunicação política e comunicação pública: os temas, assuntos e interesses envolvendo questões de poder na sociedade precisam implicar a mobilização, o engajamento e a participação de todos os atores sociais em todas as fases dos processos deliberativos e de implementação, levando em conta os custos e benefícios para cada um dos agentes – sendo todos igualmente reconhecidos como cidadãos com direito a voz e voto/veto (MATOS, 2011, p. 44).

As áreas convergem ao tratarem, ambas, de assuntos relevantes que levam à reflexão crítica do cidadão. Logo mais, veremos a comunicação governamental de Bolsonaro para a educação, políticas públicas e prioridades da pasta. Identificar tais pontos é essencial para sabermos o quanto a cidadania no processo democrático está presente na comunicação gerida por Bolsonaro e sua equipe no que tange a educação.

Em suma, a comunicação governamental passou por mudanças ao longo dos anos, acompanhando o contexto histórico do momento. Não obstante, em um sistema democrático, ela tem compromisso com a sociedade e é importante na legitimação da cidadania. Para fiscalizar e questionar, o cidadão necessita estar ciente das medidas em curso que atingirão os seus direitos e deveres. Por essa ótica, Baccega (2009) insere a comunicação como um dos

caminhos para a organização dos excluídos, dos marginalizados, dos invisíveis, importante para a concretização de uma comunicação para a cidadania; quando se comunica os fatos como realmente são, indicando suas implicações e consequências, gera-se engajamento e mobilização, aspectos fundamentais da cidadania.

A cidadania, à luz dos conceitos de Marshall (1967), constitui-se na efetivação dos direitos da pessoa nas dimensões civil, política e social. São direitos que garantem, respectivamente, a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, de expressão etc; a liberdade de associação, de reunião, de organização e de participação política; e o acesso à saúde, educação, ao trabalho, entre outros (PERUZZO, 2011, p. 149).

A comunicação governamental, para além de informar e colocar em evidência as ações e agenda do governo, deve criar condições para que a população cumpra sua função cidadã. O exercício dessa comunicação comprometida com os valores democráticos e da cidadania permite que a sociedade como um todo cresça. Na concepção de Peruzzo (2011):

Sempre há um movimento de mudança, um sonho de ampliação dos direitos, a utopia de democratizar a cidadania. No Brasil a cidadania existe, mas não para todos. A escravidão foi aceita durante séculos. Somente mediante a pressão de forças contrárias unidas é que ela foi se tornando insustentável. Atualmente há o desejo de outras conquistas e, passados 120 anos da Abolição, o movimento para garantir o direito à educação se fortalece, destacando-se o acesso do negro à universidade por meio de cotas, como uma forma de ressarcimento da dívida social do Estado e da sociedade que não asseguraram os direitos fundamentais da pessoa a toda uma etnia, que é motivo de importante demandas sociais (PERUZZO, 2011, p. 151).

Peruzzo destaca que a cidadania no Brasil é restritiva, estando nas mãos de alguns grupos. A democratização dela é, então, um desafio. Cidadania diz respeito também ao acesso a direitos como a educação; na temática da comunicação governamental, refletamos o que se escolhe comunicar sobre esse direito básico e fundamental e, além da escolha dos temas, como se comunica, isto é, os canais e meios de comunicações colocados como oficiais para essa comunicação: cabe uma investigação do quão democráticos são e do quanto dialogam com aspectos que fortalecem a cidadania. Os governantes, no papel da administração pública, devem levar em conta a colaboração popular, para quem os serviços são prestados.

2.2 As redes sociais como espaço para a cidadania

Para o estudo de caso que será feito mais adiante, é importante pensarmos que a reflexão sobre educação e cidadania pelas redes sociais é o entendimento do quanto se efetiva a cidadania ao abordar o tema da educação nas redes sociais (em plataformas como Facebook e Twitter). Sabe-se que para uma pessoa exercer o seu papel de cidadã, antes é preciso que o conhecimento e informações cheguem até ela. Neste processo, a comunicação é grande aliada, pois assim como define Weber (2011, p. 102), “ela acompanha as democracias contemporâneas em crise quanto a: processos de representação; espaços deliberativos sobre demandas sociais; relação entre interesses públicos e privados; e equilíbrio entre o mundo financeiro, o meio ambiente e a miséria.” Portanto, as mídias sociais e os meios de comunicação são essenciais para a democracia e cidadania. Baccega (2009) expõe que:

A interpretação do mundo em que vivemos, mundo em cuja construção os meios de comunicação desempenham importante papel, é um dos desafios do campo. São os meios de comunicação que selecionam o que devemos conhecer, os temas a serem pautados para discussão e, mais que isso, o ponto de vista a partir do qual vamos ver as cenas escolhidas e compreender esses temas. Os meios se constituem em educadores privilegiados, dividindo funções antes destinadas à escola. E têm levado vantagem. Eis o primeiro desafio: a construção do campo comunicação/educação (BACCCEGA, 2009, p. 242).

As redes sociais equivalem às novas formas de comunicação, contudo, independem dos veículos de comunicação. Estes, como analisado por Baccega, selecionam os assuntos colocados em holofote; no caso das redes sociais, ainda que independam dos meios de comunicação, seguem a mesma lógica e realizam a escolha dos temas, a qual é feita por quem cuida do departamento ou pela própria pessoa representada. Para este trabalho cabe a atenção do quanto e como a educação tem sido escolhida entre os temas relevantes abordados pelas redes sociais, seja tendo como porta-voz o presidente da República ou outro membro do seu governo, diretamente ligado à pasta. E quando falamos de seleção temática, referimo-nos também ao *agenda setting*¹¹. Clóvis de Barros Filho (1994), ao tratar da expressão, atribui-lhe os créditos de:

¹¹ Para Clóvis de Barros Filho (1994), as pessoas agendam seus assuntos, suas conversas, em função do que a mídia veicula. É o que sustenta a hipótese do *agenda setting*.

Ser a responsável por designar uma das formas possíveis de incidência da mídia sobre o público, sendo, então, um tipo de efeito social da mídia. Hipótese segundo, a qual a mídia pela disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá (BARROS FILHO, 1994, p. 1).

Nota-se que, assim como os meios de comunicação, as redes sociais fazem o seu *agenda setting*, resgatando-nos a necessidade de refletir o porquê de a educação ter o atual tipo de cobertura, visto que por meio dessa escolha de assuntos elegem-se prioridades e criam-se hierarquias. Quando tratamos da informação de um governo ou representante do povo, em consonância ao ato de comunicar dentro de uma democracia, todo e qualquer comunicado assume compromisso social, de informar e manter pacto com a cidadania. Os governantes precisam da comunicação, tal como explana Weber (2011):

A comunicação dos Estados democráticos é um dos dispositivos essenciais aos modos de governar, legislar e julgar, assim como as mídias são balizadoras dessa comunicação. A capacidade de comunicação dos poderes executivo, legislativo e judiciário obedece a estratégias políticas e institucionais relacionadas à obtenção de visibilidade pública, prestação de contas e disputas de opinião, apoio e votos. Essa comunicação de Estado, política, pública, institucional – integraliza e disputa versões sobre os fatos políticos cobertos pela comunicação midiática (WEBER, 2011, p. 102).

Embora o atual governo tenha se colocado desde as eleições contrário a imprensa tradicional, é ela uma das responsáveis por manter a estabilidade de um regime democrático. Quando a imprensa é censurada ou barrada nas suas abordagens, identifica-se o autoritarismo do grupo que está no poder e a comunicação poderá ser usada - como foi em diversas ocasiões - como instrumento de manipulação e manutenção do poder. Dessa maneira, por mais que comunicar pelas redes sociais abra espaço para a interação com os stakeholders e aumente a possibilidade de alcance, os veículos como rádio, televisão e jornais não devem ser excluídos, pois levam em consideração fatos e dados, além de, na maioria das vezes, tratar de diferentes pontos de vistas em um mesmo conteúdo.

Perfis oficiais de pessoas ou instituições, em sua totalidade, apresentam o posicionamento singular, isto é, uma opinião; isso pode ser compreendido como um paradoxo. Neste âmbito, a ampliação da comunicação em rede “aponta para a qualidade da democracia, para o fortalecimento do Estado e cria paradoxos, tais como: ampliação de transparência;

exposição e aumento da vulnerabilidade; ampliação da capacidade de informar associada a persuasão; ampliação da acessibilidade e informações” (WEBER, 2011, p. 106). Por isso, essa nova forma de comunicação não deve deixar de ser estratégica e planejada, para conter e administrar todos os paradoxos que dela advenham.

Em breve, analisar-se-á a educação como pauta dos comunicados feitos, mas antes, indaga-se sobre a formulação desse novo espaço e se as pessoas de fato o integram. De acordo com Duarte (2011):

As mudanças permitiram uma evolução no sentimento coletivo de valorização da cidadania, mas talvez ainda não tenham possibilitado uma satisfação plena no que se refere à representação democrática. O cidadão parece considerar os governos como algo não relacionado à sua vida e torna-se um tanto cético e até cínico em relação à política e à capacidade dos dirigentes públicos de alcançar o interesse coletivo. Mais do que simples desinteresse do indivíduo em ser sujeito da ação, muitas vezes a apatia e a falta de formação política são resultado do cruzamento entre desinformação, falta de oportunidades de participação e descrédito com a gestão pública (DUARTE, 2011, p. 124).

Por conseguinte, tem-se uma sociedade que historicamente não se viu na política ou creditou à área importância para o seu cotidiano. Ocorre que as redes sociais trouxeram proximidade entre os eleitores e seus candidatos e/ou representantes, ressignificando o processo comunicativo. Contudo, a mudança desse cenário de desinteresse conta também com o intermédio da transparência e estímulo à participação, resultando na ocupação do indivíduo como ser cidadão e agente ativo. Falamos de um cenário tomado pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação). “A partir da segunda metade do século XX, e de modo especial nos últimos vinte e cinco anos, a tecnologia se tornou um elemento nodal para a sociedade, devido a seu impacto nas atividades cotidianas” (CROVI DRUETTA, 2014, p. 121).

2.3 Democracia na comunicação via redes sociais

Desde o período eleitoral, as principais comunicações de Jair Bolsonaro foram feitas pelas redes sociais, especialmente via Twitter, modificando o cenário tradicional das eleições. Se antes o “horário político”¹² mantinha grande influência no processo decisório dos eleitores, a experiência recente nos mostrou que as redes sociais vieram para revolucionar também as

¹² Nas eleições de 2019 para a presidência da República, Bolsonaro teve 8 segundos do tempo de TV no horário eleitoral obrigatório. Entre os candidatos que pleiteavam o cargo, Geraldo Alckmin (PSDB) foi detentor do maior tempo: 5 minutos e 32 segundos.

estratégias dessa comunicação. Sobre a transição para o processo de midiaticização, Pozobon (2011) aponta que:

[...] traz sua contribuição para compreendermos a relação entre *comunicação, política e democracia* à medida que permite a análise dos diferentes campos e atores envolvidos no processo. Ao dar visibilidade aos acontecimentos do campo político, a mídia possibilita um acesso relativamente plural às construções simbólicas e à produção dos sentidos sociais. Nesse espaço público midiaticizado, os profissionais de comunicação assumem um papel relevante, ao promoverem uma “adequação” dos fatos originados nos mais diversos campos sociais ao discurso e às normas do campo midiático (POZOBON, 2011, p. 180).

Por mais que as redes sociais assumam um novo canal de comunicação, elas não extinguem a necessidade do profissional de comunicação, principalmente quando falamos de uma organização ou pessoa pública. Ao contrário, é por isso que ao longo dos últimos anos têm ganhado espaço o desempenho da função de *social media*, profissional capacitado para lidar com as relações e interfaces feitas virtualmente. Outro ponto de discussão é o perfil dos públicos que estão na internet e nas redes sociais. Se o ideal é a transparência e informação de interesse público e geral, constata-se a exigência de ressignificar outros pontos de comunicação, pensando em não aumentar as discrepâncias com os excluídos digitalmente. Como salienta Pozobon (2011):

Uma questão relevante é que a informação via redes digitais, em princípio, está disponível para todos aqueles cidadãos digitalmente incluídos, mas o gerenciamento dessas informações não é tarefa fácil. A busca (e a seleção) de informações requer tempo e habilidade, variáveis que não estão ao alcance de muitos. Assim, por mais que as redes ofereçam oportunidades inovadoras de participação, são necessários uma cultura e um sistema político com condições (e interesse) de acolhê-los (POZOBON, 2011, p. 183).

Deve ser do interesse alcançar o máximo de pessoas possíveis, pensando sempre de maneira estratégica. Pozobon (2011) complementa que a comunicação digital não resulta, necessariamente, em uma esfera de discussão pública justa, representativa e igualitária - aspectos primordiais para regimes democráticos, cuja premissa é a representação. Para ele, as redes, embora viabilizem *feedbacks* da sociedade civil ao centro político, não garantem que

esse retorno influencie nos processos decisórios. Estando canais como Twitter hospedados no mundo virtual, podem dar a falsa sensação de pertencimento.

Nesse cenário, tomado pelas mídias sociais e suas novas possibilidades de contato, ressalta-se que, assim como os meios de comunicação, elas são essenciais para a efetivação da democracia e cidadania, pois permitem a participação e interação dos cidadãos, além do compartilhamento das informações em pauta. Ou seja, um não exclui a existência do outro. Na troca com os *stakeholders*, os paradoxos e embates são comuns e necessários, tendo como ponto de partida uma sociedade regida por leis democráticas.

Por conseguinte, neste caso, é interessante pensarmos no papel da comunicação governamental na efetivação da democracia e da cidadania. Falamos de cidadania, então, pois é um fator intrinsecamente ligado à informação e o acesso a ela. Por isso, as redes sociais levam consigo um paradoxo, despontando muitas vezes como espaços de opinião e não de conteúdos informativos. A seguir, para tratar do caso em estudo, tem-se que a comunicação do presidente Jair Bolsonaro é fundamental para o processo democrático. A comunicação do governo para a educação, por ser do interesse de todos, precisa implicar a mobilização, o engajamento e a participação de todos.

3 ESTUDO DE CASO: COMUNICAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO PARA A EDUCAÇÃO

Neste capítulo, será feito um estudo de caso acerca da comunicação do governo Bolsonaro com foco nas propostas para a educação. Delimitou-se para análise o período da campanha eleitoral até o mês de abril de 2019 e foram selecionadas algumas publicações feitas no Twitter de Jair Bolsonaro, do Ministério da Educação (MEC) e dos dois ministros da Educação que estiveram à frente da pasta ao longo dos meses em questão, em 2019. A priori, tem-se o estudo da proposta oficial de governo do presidente eleito. Em seguida, estudar-se-á a comunicação que é feita via Twitter e, posteriormente, uma análise do pós-eleição. Como o fluxo de postagens no Twitter é muito intenso, apenas algumas publicações foram usadas, a fim de exemplificar.

3.1 Educação na proposta oficial de governo de Jair Bolsonaro

“Educar não é apenas instruir, é mudar o mundo. Educar a criança melhora o país” (RIBEIRO, 2018, p. 40). Se pensamos no futuro do país, sabemos de que as mudanças são feitas de maneira gradual. As crianças de hoje serão os cidadãos do futuro. Cidadãos estes que deverão ser corresponsáveis pelo mundo, pois isso nossos políticos devem estar alinhados a essa realidade que ultrapassa o presente.

As eleições democráticas marcam a história de uma nação pois apontam alternativas de governo e ideias para conduzir um país. Em 2018, foi a vez do Brasil reviver uma eleição democrática, da qual se fará uso como estudo de caso. Aqui, o ponto de partida é o documento oficial da proposta de governo, que é o cartão de visita de um candidato, onde estão definidas as prioridades e proposições das alternativas e mudanças para os problemas identificados na sociedade que ele visa representar.

Embora seja a porta de entrada, ainda é um material pouco acessado. Mas até por ser registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), é local de conferência sobre o discurso e pautas daquele que pleiteia ser representante do povo. Rego (1985) pontua a identidade visual como o primeiro passo para torná-lo atrativo, vemos isso principalmente no cenário atual, em que exige-se materiais mais visuais, com pouco conteúdo textual.

Imagem 1 - Capa do documento oficial das propostas de governo de Jair Bolsonaro



Fonte: Bolsonaro, 2018.

No que diz respeito à proposta de governo de Jair Bolsonaro, intitulada “O caminho da prosperidade”, disponível no site do TSE, o documento oficial possui 81 páginas e apresenta um texto relativamente longo, seguido de um “box resumo”, com a “mensagem principal” daquele slide. O arquivo não possui muita atenção à estética ou didática, mantendo linguagem apelativa e expressiva, exacerbando no uso de exclamações e frases de efeito, grafando em vermelho alguns temas ou expressões, como forma de persuadir. A abertura é feita com um evangelho bíblico de João e, de maneira geral, discursos como “Brasil livre”, “fraternidade”, “culpabilização dos governos anteriores, essencialmente o PT”, “anticorrupção” e “crença em Deus” são comuns. Bolsonaro insere a questão da nossa Constituição e como os governos anteriores teriam desrespeitado a Carta Magna, mostrando-se o presidente, agora já eleito, disposto a respeitá-la.

A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição. Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei! Qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida. Todo cidadão terá seus direitos preservados (BOLSONARO, 2018, p. 6).

Adentrando o tema educacional, os discursos mais frequentes incluem o marxismo cultural¹³ e o Gramscismo¹⁴; expressões comuns também entre os dois ministros que já estiveram à frente do MEC. Jair Bolsonaro assume o compromisso de libertar o país dessas correntes, afirmando que essa liberdade é o caminho da prosperidade. Na primeira aparição do tópico “educação”, ele é associado à segurança e saúde: tríade colocada como as prioridades do novo governo. As páginas de 36 a 49 são destinadas especificamente à saúde e educação, tendo como linha de ação: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. “Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar” (BOLSONARO, 2018, p. 22).

Nota-se a ausência de profundidade sobre o tema e “doutrinação” permanece como pauta. Como zonas de urgências estão, além do “combate à doutrinação”, a educação infantil, básica e técnica. As descrições acerca da área educacional estão intrinsecamente relacionadas a um ataque constante à “esquerda”. Paulo Freire (1982, p. 10) já nos dizia: “quanto mais se proclama a neutralidade da formação, exaltando-se a necessidade de uma competência técnica e científica sem cor político-ideológica, tanto mais trabalha-se para a ordem estabelecida”. Ou seja, educação é política e implica a repercussão da ordem do momento, visto que ela deve ser espaço de debate e reflexões sobre questões sociais, as quais invariavelmente remetem a fatores políticos e governos. Torná-la neutra ou apática é utopia, pois nessa tentativa o apoio estará voltado à ordem política e econômica vigente.

Como proposta de solução às lacunas, objetiva-se ter em dois anos um colégio militar em todas as capitais de estado; ainda assim, os desafios são grandes, como a evasão dos alunos do ensino médio e o custo para implantação e manutenção. Em matéria divulgada no jornal O Estado de São Paulo¹⁵, apurou-se que o Exército gasta R\$ 19 mil ao ano por aluno, enquanto o gasto da rede pública é de R\$ 6 mil, mostrando que o modelo defendido pelo presidente pode representar alto custo, além de ser elitista.

Outros pontos perceptíveis envolvem a comparação com a estratégia educacional trabalhada por países como Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Dialogando com doutrinação, segue

¹³ Expressão que ganhou força após Anders Behring Breivik, simpatizante à extrema direita, lançar uma bomba em Oslo, no dia 22 de julho de 2011. O episódio ocorreu em frente ao gabinete do primeiro-ministro norueguês, matando 8 pessoas. Em seguida, Breivik se dirigiu à ilha Utoya, onde acontecia um comício do Partido Trabalhista, que na época era o partido de situação; no local, mais de 69 pessoas foram mortas. Naquele dia, Breivik tinha distribuído eletronicamente um tratado de 1.520 páginas, denunciando a “ascensão do marxismo cultural/multiculturalismo no Ocidente.

¹⁴ Teoria baseada no filósofo italiano Antonio Gramsci. Frequentemente, é relacionado a ideias sobre teoria crítica e educacional.

¹⁵ Matéria disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230>. Acesso em: 15 mar. 2019.

a expressão “sem sexualidade precoce”; no período eleitoral, inclusive, identificou-se uma “fake news” envolvendo o tema, atribuindo ao candidato Fernando Haddad (PT) a criação de um “kit gay” para crianças de 6 anos, à época em que foi ministro da Educação.

A politização do Facebook brasileiro também traz problemas. Ele fica vulnerável às *fake news*. Não isento os jornais do erro, nem mesmo da mentira; mas nas redes o fato de não haver editor, de não haver controle do que é editado, escancara as portas para a imbecilidade, como disseram Umberto Eco e muitos outros. Muita gente, só de ler algo na internet, acredita que aquilo seja verdade, por estúpido que seja. Daí uma elevada possibilidade de destruição de reputações, de proliferação de mentiras, de campanhas ofensivas (RIBEIRO, 2018, p. 74).

Em consonância com o tema, o excerto acima evidencia o quanto as “informações” difundidas nas redes sociais podem ser frágeis, ao não contarem com uma estrutura profissional e dando condições para que mentiras sejam criadas, além de serem um espaço no qual as pessoas podem se manifestar livremente. Ao mesmo tempo em que fortalece o processo democrático, compromete a legitimação da participação e da cidadania.

No que tange o ensino superior, a proposta destaca a necessidade de diminuir os esforços, para que a “pirâmide seja invertida” e o maior investimento ocorra na educação básica. O presidente questiona também as formas atuais de se fazer pesquisa nas universidades, apontando, mais uma vez, aspectos como ideologia. “As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população” (BOLSONARO, 2018, p. 46). Tem-se uma dicotomia criada, na qual se pressupõe que as universidades não trazem retorno social ou para o país como um todo, deslegitimando-as como local de avanço e de pesquisa.

Por fim, é interessante pontuar que em matéria feita pelo jornal O Nexo, destacou-se que Jair Bolsonaro citou erroneamente os dados do IBGE no seu programa. Segundo o documento oficial de suas propostas, afirma-se que 51,6 milhões de jovens brasileiros não teriam completado o ensino médio, enquanto os dados do IBGE indicam que esta é a população total de jovens de 14 a 29 anos, dos quais metade não completou o ensino médio¹⁶.

¹⁶ Matéria disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/18/Estas-s%C3%A3o-as-propostas-de-Haddad-e-Bolsonaro-para-a-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 21 abr. 2019.

3.2 Comunicação de Jair Bolsonaro via debates e Twitter

“A cada ano cresce o poder das redes sociais, a principal mídia a escapar desse *reality show* da política convencional” (RIBEIRO, 2018, p. 72).

O debate eleitoral é caracterizado pelo confronto de ideias, argumentos e posicionamentos, de maneira presencial. No entanto, após ser vítima de uma facada durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro deixou de comparecer aos debates, indo em apenas dois do primeiro turno. Dos quais participou, somente no segundo encontro ele falou sobre educação. O primeiro embate aconteceu na emissora Band, neste, ele citou a ideia de escola sem partido. Já no debate da Rede TV!, quando questionado sobre a educação infantil, enfatizou a proposta da militarização de grande parte das escolas do ensino fundamental, colocando diretores vindos do meio militar. Além disso, Bolsonaro expôs:

É a base para a educação final. Nas escolas hoje em dia, o que se aprende? Ideologia de gênero, partidarização, análise crítica das questões apenas, nada mais além disso. No meu tempo, você tinha física, química, matemática, geografia, história e educação moral e cívica, isso tudo não tem mais. Retiraram também do professor a sua autoridade em sala de aula (BOLSONARO, 2018).

Tópicos como ideologia de gênero, militantes de esquerda e diminuição da análise crítica pelos estudantes também passaram a ser recorrentes em outro canal: o perfil oficial de Jair Bolsonaro no Twitter¹⁷. Não estando nos debates, a rede social se tornou o principal canal de comunicação com os eleitores e até agora é o meio oficial para qualquer comunicado do governo. No cenário da rapidez e democratização ao acesso à informação que as redes sociais trouxeram, essa ferramenta facilita a interação com os públicos, humanizando a relação. Como constata Rego (1985), temos cada vez mais uma sociedade que quer se fazer participante e esse tipo de interação possibilita que se sintam parte do processo.

Diferentemente da televisão, o Twitter permite que o público comente, manifeste-se e mostre as suas reivindicações; Matos (2013) já previa que o Twitter era uma das redes sociais digitais que estava surgindo para mudar paradigmas da comunicação, como consequência das TICs. O que vimos nas eleições foi a perda de influência da televisão em processos que antes ela liderava. Além disso, as redes sociais evidenciaram ainda mais os posicionamentos políticos, agindo como propulsoras de contestações, como já sugerira Ribeiro (2018):

¹⁷ No final do mês de abril de 2019, o perfil oficial de Jair Bolsonaro no Twitter contava com 4.137.041 seguidores.

As redes sociais são mais leves que a mídia, mas vão se tornando cada vez mais poderosas. Porque, enquanto a mídia impressa perde leitores e a televisão perde influência, elas crescem. É difícil saber em que vão dar, até porque o Facebook faz cada um ler, sobretudo, o que é parecido com suas ideias e valores; há pouca discussão, não há agora ou debate sério; mas as redes, em especial o *Twitter* e o *Facebook*, são fortes estimuladores de revoltas coletivas. Se a sociedade está descontente com alguma coisa - uma fraude eleitoral como na Moldova, atos de corrupção notórios, violência contra inocentes -, as redes são capazes de converter esse descontentamento em revolta. Mas elas não são pólvora, são apenas o fósforo que ateia o fogo. (RIBEIRO, 2018, p. 73).

Resgatando postagens antigas no Twitter, identificou-se que algumas das pautas de Jair Bolsonaro são recorrentes desde a época em que era deputado, como é o caso da escola sem partido:

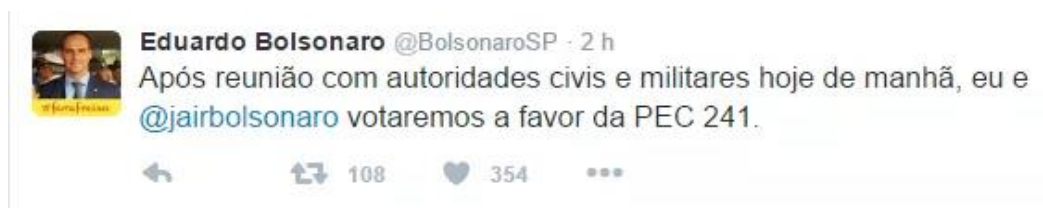
Imagem 2 – Tuíte de Jair Bolsonaro sobre ideologia de gênero e escola sem partido



Fonte: Bolsonaro, 2017.

Em 2016, como deputado federal, Bolsonaro votou favorável à PEC 241, que congela as despesas do Governo Federal por 20 anos, incluindo os gastos com educação. Na época, pelo Twitter, Eduardo Bolsonaro declarou que ele e o pai votariam a favor.

Imagem 3 – Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre a PEC 241



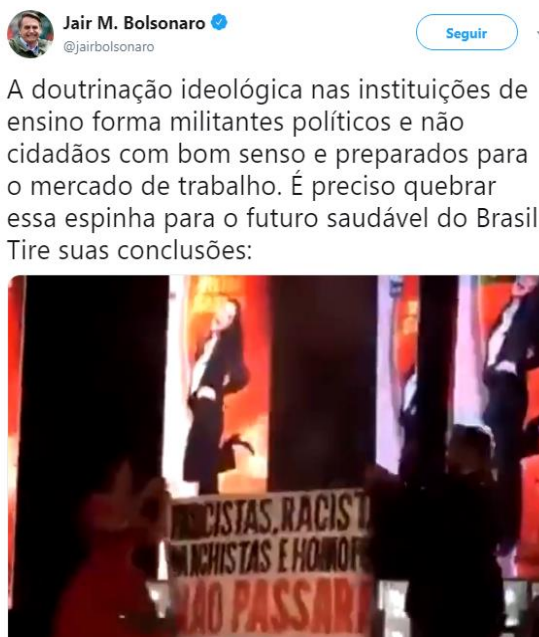
Fonte: Bolsonaro, 2016.

Percebe-se o Twitter cada vez mais como o canal de comunicar oficialmente e “em primeira mão”. No que diz respeito aos temas educacionais no perfil de Bolsonaro, destacam-se: ensino de base, investimento na militarização, segurança dos professores e respeito/ordem (dialogando com o ensino de antigamente, segundo o qual ele foi educado). Bolsonaro enfatiza os temas previstos no seu programa de governo, atribuindo à escola de hoje em dia à formação apenas de militantes e que é necessário acabar com a ideologia nas escolas. Outro ponto recorrente é o ataque às universidades públicas; vez ou outra surgem novas pautas, como: “o socialismo só deu certo nos livros do MEC” (BOLSONARO, 2018).

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1967, p. 97). Nos discursos de Bolsonaro, temas como a ditadura militar são considerados de “ideologia de esquerda”; ele, assim como seus discípulos, questionam fatos históricos, visando retirá-los da discussão. E mesmo a “escola sem partido” pela qual clama, favorece algum partido. O debate sobre questões críticas e sociais devem acontecer e em muito começar pela educação, nos espaços como escolas. O educador deve estar preparado, inclusive, para ver os educandos discordando.

No desenvolvimento do debate e estímulo ao pensamento crítico, encontra-se uma maneira de propiciar a mudança da nossa sociedade, criando cenários mais justos e inclusivos, por exemplo. Gutiérrez (1988) aponta que até mesmo os grupos não progressistas falam da necessidade de lutar a favor de uma sociedade mais justa. No entanto, para ele, “deve-se tomar cuidado para que essa luta pela justiça não se fundamente em justificativas e racionalizações ‘moralistas’, com as quais as classes dominantes encobrem a estrutura de exploração” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 67). Nos posicionamentos do presidente, muitas vezes identificamos discursos moralistas; e a educação é um terreno fértil para a implantação dessas questões, indagando sobre pontos como identidade de gênero e sexualidade.

Imagem 4 - Tuíte de Jair Bolsonaro sobre doutrinação ideológica

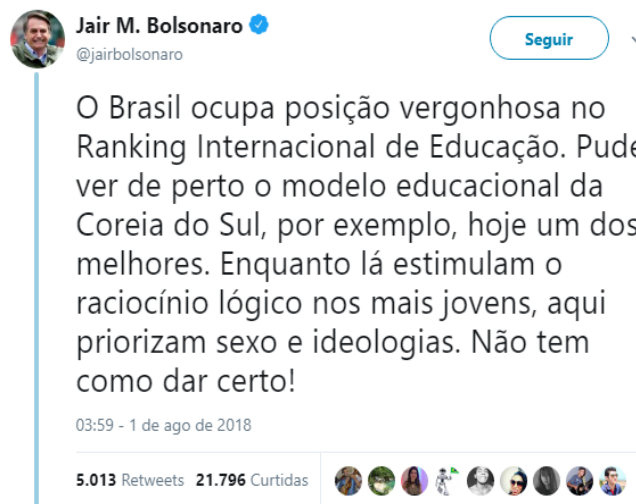


Fonte: Bolsonaro, 2019.

Para o âmbito das políticas públicas, elas necessitam de planejamento e ações a longo prazo; todavia, no Brasil, conforme os mandatos são trocados, há descontinuidades. A exemplo disso temos Sobral, no Ceará, que trouxe índices elevados de sucesso na educação; o ponto primordial para isso foi ter continuidade nas políticas do município, além de contar com o fortalecimento da atuação em regime de colaboração. Conectando-se ainda ao cenário da educação no Brasil, alguns temas tornam-se prioritários, porém, não foram os escolhidos pelo presidente. O Fundeb¹⁸ é um deles; esse fundo é transitório e vencerá em 2020. Por meio dele, foi e é possível trazer mais equidade; sem ele, municípios totalmente dependentes serão atingidos drasticamente, correndo o risco de não terem orçamento inclusive para o pagamento de salários de professores. Nas comunicações sobre educação, Bolsonaro faz inúmeras citações dos governos Lula e Dilma, além de pressupor que no Brasil “ensina-se sexo” e “ideologias” em detrimento do raciocínio lógico.

¹⁸ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica. Está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Imagem 5 - Tuíte de Jair Bolsonaro sobre desempenho da Educação brasileira



FONTE: Bolsonaro, 2018.

A educação precisa ser tomada com seriedade e prioridade, pois, como aponta Gutiérrez (1988, p. 20), “de um lado aqueles que conseguiram alcançar as últimas etapas da pirâmide escolar e, de outro, aqueles que se veem forçados e condenados a permanecer na base. É a divisão entre ‘os que têm estudo e os que não têm’ que confere uma marca indelével para diferenciar os ‘bons dos maus’”. O não-acesso à educação contribui para a formação de um grupo de excluídos, por isso é importante criar estratégias e lutar contra essa exclusão social.

Pelo Twitter, Bolsonaro se comunica de uma forma que os adeptos e opositores podem questionar. É uma comunicação diferente daquela que víamos quando os políticos estavam restritos à televisão, rádio e jornais, que são assimétricos, sem a possibilidade do retorno imediato do contato feito. E, acima de tudo, a comunicação é necessária. Essa maneira de se relacionar foi um diferencial das últimas eleições, assim como Grunig (2011) contextualiza:

As organizações tanto quanto as pessoas, devem se comunicar com os demais porque não estão isoladas no mundo. Se as pessoas não tivessem relações familiares, com vizinhos, amigos, inimigos ou colegas de trabalho, não teriam necessidade de comunicação com outrem além de si mesmas. Mas, porque não estão sós, devem usar a comunicação para coordenar o seu comportamento com as pessoas que influenciam ou por quem são influenciadas (GRUNIG, 2011, p. 32).

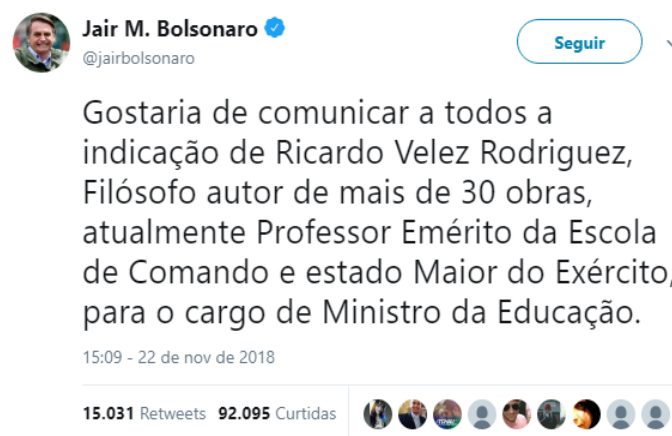
Estando Bolsonaro dentro de um ecossistema político, cujas ações são do interesse público, ele precisa estar em constante comunicação direta com os *stakeholders*, bem como foi colocado por Grunig. A política não está isolada e, por meio da comunicação, é possível coordenar os comportamentos daqueles do entorno.

Em palavras simples, comunicação é a que se dá na esfera pública. Portanto, é uma noção que deve ser elaborada ao redor do conceito de “público”. É uma comunicação inclusiva, participativa, cuja vocação não poderia ser estar a serviço da manipulação de vontades ou da eliminação da individualidade, características da comunicação fascista. Trata-se de uma comunicação eminentemente democrática, pela profundidade de sua natureza e por sua vocação (LÓPEZ, 2011, p. 65).

Como visto, a comunicação governamental é fundamental dentro das estratégias de relações públicas de um governo, mantendo em seu âmago o compromisso com o que é do interesse público para além da época de eleições. Para Duarte (2009), entre as responsabilidades da comunicação estão: informar e tornar compreensível para a população as atividades feitas, as maneiras de requisitar, criticar, comunicar os andamentos dos projetos, prioridades e ações; disponibilizar e enfatizar sobre o direito da população em acessar as estatísticas locais, processos, legislações, licitações, contratos e editais públicos; entre outros. Espera-se também, este estímulo para que seja induzida a maior participação e compreensão da população.

O Twitter como instrumento da comunicação governamental tem apoiado na divulgação de mudanças nos órgãos do governo. A seguir, temos o comunicado oficial sobre o anúncio de Ricardo Vélez Rodríguez como ministro da Educação:

Imagem 6 – Anúncio de Ricardo Vélez Rodriguez como ministro da Educação



FONTE: Bolsonaro, 2019.

Sobre o uso do Twitter, Matos (2013) destaca que pode possibilitar abertura ou restringir a troca com a população, a depender da maneira como se escolhe usá-lo. É uma linha

tênue que deve ser explorada de forma estratégica, para que de fato apoie o processo democrático.

O Twitter pode ser uma ferramenta que proporciona um relacionamento simétrico ou assimétrico das organizações com seus públicos, dependendo do seu uso, se para divulgação, consulta pública, abertura ao diálogo ou mesmo duas dessas modalidades juntas, e também da situação vivenciada pela organização (MATOS, 2013, p. 208).

Nas comunicações oficiais do MEC, o Twitter também se manteve como porta-voz oficial. O que vemos é que, diferentemente de Bolsonaro e dos ministros da Educação, o departamento de Comunicação do MEC se preocupou em refinar mais o teor dos comunicados via a rede social. O perfil traz publicações bastante informativas, sobre oportunidades de cursos, inscrições, incluindo datas e prazos, além de fazer “homenagens” para datas comemorativas, como o Dia da Educação. Em suma, conversam, trazem informações relevantes para a sociedade, gestores escolares e comunidade escolar como um todo, desviando-se de assuntos polêmicos, por exemplo ideologia ou doutrinação, diferentemente. Contudo, as interações e o alcance de pessoas no perfil do MEC é inferior ao número de seguidores do perfil de Jair Bolsonaro, por exemplo.

Imagem 7 – Publicação do MEC sobre olimpíada feminina de matemática



FONTE: MEC, 2019.

3.3 Educação em pauta pós-eleições

O tema é sensível e mesmo após o período eleitoral as posições sobre educação têm sido polêmicas. O MEC enfrenta instabilidade, com demissões e troca de ministro, e o Twitter cada vez mais se fixa como principal ponte de assuntos relevantes. Para Pozobon (2011):

Quando trazemos a relação ‘comunicação e política’ para o debate, e associamos a este binômio a palavra ‘internet’, ‘novas tecnologias’ ou ‘era digital’, é recorrente a projeção de que essa relação resultaria (ou deveria resultar) em mecanismos de intervenção dos públicos na esfera de decisão política. As redes digitais, hoje, são pensadas como uma possibilidade de incremento das práticas democráticas (POZOBON, 2011, p. 181).

Já foi citado aqui que as redes sociais não deveriam se opor aos meios de comunicação ou à imprensa, entretanto, desde a época das campanhas eleitorais, a relação com jornais e a imprensa como um todo não foram das mais amigáveis. Após um mês de governo, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, escreveu na sua rede social uma declaração contra a mídia brasileira. Segundo ele, ela distorcia suas palavras e até mesmo os fatos.

Imagem 8 – Tuíte de Vélez Rodríguez sobre a mídia brasileira



FONTE: Rodríguez, 2019.

Outro episódio polêmico envolvendo Vélez foi o envio de uma carta para as escolas, na qual ele solicitava que os estudantes cantassem o hino nacional e fossem filmados, além de utilizar o slogan da campanha de governo de Bolsonaro.

Imagem 9 - Carta do MEC enviada às escolas



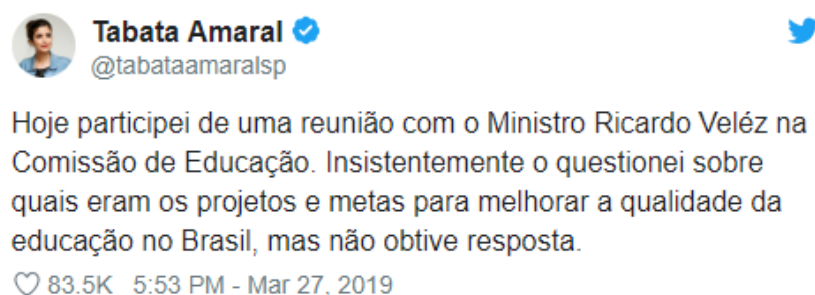
FONTE: O Estado de São Paulo, 2019.

Já no dia 27 de março, em reunião da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a deputada federal Tabata Amaral (PDT), eleita por São Paulo, teve um embate com Ricardo Vélez Rodríguez. E nesse movimento de se comunicar e manifestar oficialmente via Twitter, um vídeo foi divulgado no perfil da deputada, no qual ela questiona a respeito de projetos e metas para a educação no Brasil. Assistindo ao vídeo, percebe-se que Ricardo Vélez Rodríguez se mantém praticamente imóvel às perguntas.

Em um trimestre, não é possível que o senhor apresente um PowerPoint com dois, três desejos para cada área da educação. Cadê os projetos? Cadê as metas? Quem são os responsáveis? Isso daqui não é planejamento estratégico, isso é uma lista de desejos. Eu quero saber onde que eu encontro esses projetos? Quando cada um começa a ser implementado? Quando serão entregues? Quais são os resultados esperados? São três meses, a gente consegue fazer mais do que isso (AMARAL, 2019).

Evidenciando o seu despreparo diante da abordagem, Vélez responde: "Se a senhora não espera nenhuma resposta, para que faz perguntas?", em seguida, finaliza a reunião afirmando que precisa ir embora e que a única coisa que pode dizer é que seguirá no comando do MEC.

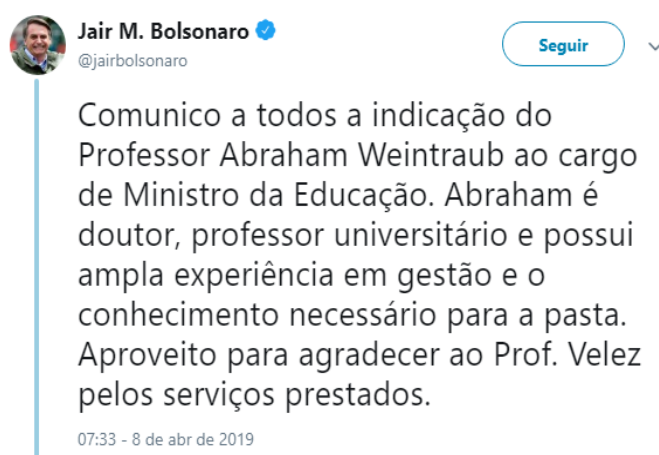
Imagem 10 - Tuíte de Tabata Amaral sobre Ricardo Vélez Rodriguez



FONTE: Amaral, 2019.

Poucos dias depois, com a crise no MEC instaurada, Vélez deixou a liderança da pasta. Acerca de sua saída, tanto o ex-ministro como Jair Bolsonaro comunicaram por meio do Twitter. O presidente também anunciou o novo ocupante do cargo:

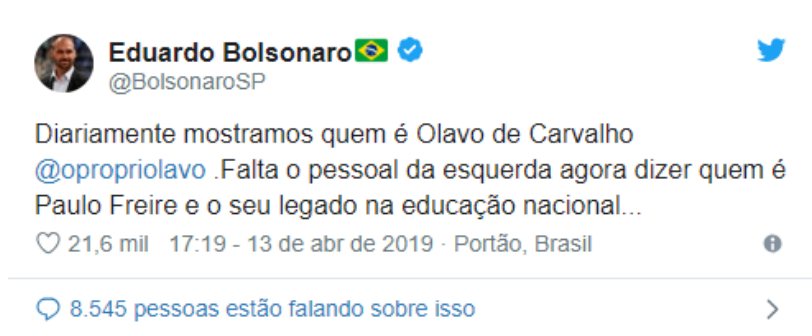
Imagem 11 - Tuíte de Bolsonaro sobre a troca de ministros no MEC



FONTE: Bolsonaro, 2019.

Ainda no mês de abril, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, questionou o legado do educador Paulo Freire:

Imagem 12 - Tuíte de Eduardo Bolsonaro sobre Olavo de Carvalho e Paulo Freire



FONTE: Bolsonaro, 2019.

Os ataques por meio das redes sociais acabam levando a um ponto em comum: ideologia. Para Freire (1982, p. 9), “há politização no processo educacional, assim como há um processo educativo no ato político.” E, ademais: “não há prática educacional neutra, nem prática política por si mesma. Por isso o educador deve se perguntar a favor do que e de quem está a serviço; por conseguinte, contra o que e contra quem deve lutar, dentro de suas possibilidades e do processo de sua prática.”

Gomes (2005) salienta que as discussões políticas on-line, embora permitam ampla participação, são dominadas por uns poucos, do mesmo modo que as discussões políticas em geral. Segundo o autor, pesquisas sugerem que a esfera política virtual de alguma maneira reflete a política tradicional, servindo simplesmente como um espaço adicional para a expressão da política mais que do que como um reformador radical do pensamento e das estruturas vigentes (POZOBON, 2011, p. 182).

Entre as contestações envolvendo o tema educação está a declaração do presidente Jair Bolsonaro, feita no seu perfil do Twitter, na qual ele diz que o Brasil gasta demais com educação. A maior refutação, vinda da opinião pública e demais *stakeholders*, foi a de que não se gasta em educação, ao contrário, quando o tema é sistema educacional, fala-se em investimento. Em um país como o Brasil, onde as desigualdades sempre estiveram enraizadas, a educação é uma das formas de amenizá-las, como pressupõe a nossa Constituição Cidadã. Para o professor e ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, “a educação pode ser neste momento um problema, mas ela é o eixo das nossas principais soluções” (RIBEIRO, 2018, p.12). Investir nela e planejar políticas públicas a longo prazo resultarão em um círculo virtuoso que atinge as demais áreas de impacto social.

3.4 Propostas que comprometem a cidadania e o processo democrático

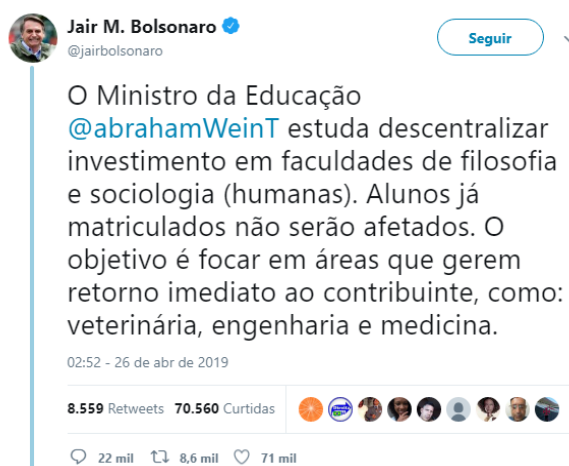
“Ninguém em uma democracia deve ser excluído ou colocado à margem da vida nacional” (FREIRE, 1967, p. 44). Em um governo democrático, pressupõe-se a participação ativa de todos os cidadãos; porém, cabe ao Estado criar também condições para isso. No caso do Ministério da Educação, além do próprio presidente da República, sua equipe técnica deve estar alinhada aos compromissos democráticos previstos na nossa Constituição, no qual a cidadania se faz representada. “O papel de um ministro, sobretudo em pastas como a Educação, a Saúde e o Desenvolvimento Social, é político porque traduz para a sociedade prioridades que são delas mesma. Esses ministérios têm tanto mais força quanto menos governo e mais sociedade forem” (RIBEIRO, 2018. p. 64).

Anteriormente, vimos situações que comprometem valores democráticos, como a liberdade de expressão por meio da imposição autoritária de cunho político, como foi a solicitação enviada às escolas para que os alunos fossem filmados. A seguir, em complemento a isso, foram selecionadas algumas das propostas educacionais que comprometem a efetivação da cidadania e do processo democrático brasileiro.

Previamente, destacou-se como a educação legitima o processo democrático e a consciência nos cidadãos, por isso as reflexões deveriam ser estimuladas desde a escola, que assume a função político-social, para além da educativa ou técnica. Em contrapartida, na posse do ministro Abraham Weintraub, o presidente Jair Bolsonaro indicou como um dos objetivos da pasta desestimular o interesse de crianças e adolescentes por política nas escolas. "Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro" (BOLSONARO, 2019). Esse pensamento se conecta, inclusive, com o projeto Escola Sem Partido, uma das bandeiras de Bolsonaro na campanha eleitoral. Ocorre que tentar tornar o ensino “apartidário” ou inibir o pensamento crítico por meio de reflexões políticas favorece a manutenção de uma estrutura social dominante.

Ainda nessa linha, tem-se nas ciências humanas um dos grandes ambientes que geram a criticidade. Contudo, recentemente, o governo também revelou que está em estudo a descentralização do investimento em faculdades de filosofia e sociologia. Medidas como essas, comprometem a cidadania por afetar direta e indiretamente o embate de posicionamentos e a reflexão crítica.

Imagem 13 - Tuíte de Bolsonaro sobre investimento nas faculdades de humanas



FONTE: Bolsonaro, 2019.

Embora Bolsonaro fale sobre liberdade e democracia em suas propostas, em grande medida, elas mais se afastam que se aproximam desses conceitos. As ciências humanas possibilitam encontros e o confronto contínuo de ideias.

Censura não educa, mas a educação, esta sim, pode formar, um público, exigente e rigoroso capaz de desligar a televisão quando ela estiver exibindo programas de má qualidade, de não assistir a filmes cujos valores sejam duvidosos, de deixar nas prateleiras livros com teorias ou informações não fundamentadas. (COSTA, 2011, p. 89)

A nossa própria Constituição Cidadã enfatiza o quão importante é a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; contando sempre com o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, que enriquece sempre o aprendizado. “Com efeito, desde diversas vertentes e posturas filosóficas e políticas, o diálogo é considerado um dos eixos fundamentais do exercício cidadão e da convivência de uma sociedade democrática” (VALDERRAMA, 2014, p. 296).

Outra proposta de Bolsonaro diz respeito ao ensino à distância. Para Bolsonaro (2018, p. 46), “ela deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais.” Essa cogitação por parte do governo, implica em uma série de consequências, sem contar as questões logísticas do ensino à distância. Para Freire, cujo pensamento base acreditava na troca entre os educados, “daí que se possa observar facilmente quão violenta é a política da Cidade, como Estado, que interdita ou limita ou

minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania ao negar educação para todos” (FREIRE, 2001, p. 13). Pensar em um ensino sem interação social é limitar a aprendizagem, pois como coloca Gómez (2014, p. 280), “a educação também resulta de outras interações e encontros, sobretudo de descobrimentos e explorações dos próprios educandos”. No próprio plano de governo apresentado ao TSE, Bolsonaro (2018) pontua a necessidade de mudar a BNCC e expurgar o educador Paulo Freire.

E na data de 30 de abril, último dia do mês em questão, a educação foi assunto bastante debatido após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar cortes nas universidades públicas. A princípio, os cortes atingiriam três universidades: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). “Tem-se que o sistema escolar sofre os impactos das diferentes tendências ideológicas. A polêmica em torno do financiamento das universidades é uma manifestação clara disso” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 33).

Até agora, vemos propostas que não se aprofundam nos reais problemas educacionais da sociedade brasileira. Questões como ideologia, escola sem partido e homeschooling afetam mais questões como capacidade crítica que pontos primordiais como carreira docente, estrutura das escolas públicas, financiamento e políticas públicas de alfabetização e melhoria do ensino. Além disso, embora a comunicação do MEC esteja mais estruturada, apegada às ações mais urgentes para a sociedade, os perfis pessoais do ministro da Educação, do presidente Jair Bolsonaro e de integrantes do seu governo acabam sendo porta-vozes para falar da Educação.

Neste sentido, “cabe ao profissional de Relações Públicas, antes de a organização enviar qualquer mensagem, estudar a cultura deste povo. Se a cultura não for respeitada, conflitos poderão advir” (SIMÕES, 1995, p. 64). Por isso, a seguir, trataremos da importância do profissional de relações públicas em um cenário como esse.

Opção política é, portanto, tomar partido frente à realidade social, é não ficar indiferente ante a justiça atropelada, a liberdade infringida, os direitos humanos violados, o trabalhador explorado. Tomar partido pela justiça, pela liberdade, pela democracia, pela ética, pelo bem comum, é opção política, é o fazer político. Por isso, não se pode afirmar, a não ser que se caia no vazio, o caráter apolítico da educação (GUTIÉRREZ, 1988, p. 45).

4 A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

“O verdadeiro trabalho de relações públicas é aquele que, além de informar, propicia o diálogo” (KUNSCH, 2003, p. 106). Entre os profissionais de Comunicação, o relações-públicas foi o que por último ganhou o seu espaço e reconhecimento. Ao longo dos anos, a profissão vem sendo legitimada e tanto as pessoas como as instituições estão admitindo a importância estratégica da função. Um de seus diferenciais é a construção de relacionamentos, que ultrapassam o ato de comunicar e informar. Neste capítulo, será apresentada a importância do profissional, bem como a sua atuação no campo da política.

4.1 O relações-públicas na história e na sociedade contemporânea

O profissional de Relações Públicas (RP) nasceu no contexto de graves conflitos sociais e, hoje em dia, encontra-se em diferentes áreas e atuações. Pode estar no setor público, privado ou no terceiro setor, atuando com assessoria de imprensa, mídias digitais, comunicação corporativa, eventos, relacionamentos e outras alternativas. O RP é por natureza diverso e multifuncional, no sentido de que acompanha processos além dos comunicacionais.

Quando comparamos com as demais profissões do segmento, percebe-se que é uma das mais recentes, principalmente no que tange a sua oficialização, consequência, inclusive, de ter sofrido com os regimes autoritários que inibiram o seu desenvolvimento. Nassar (2004) explica que no período dos governos militares no Brasil a área foi impactada negativamente, em um momento em que os diálogos com os inúmeros públicos das organizações eram desestimulados ou praticamente não existiam. E relações públicas, no exercício efetivo, pressupõe diálogo e relacionamento.

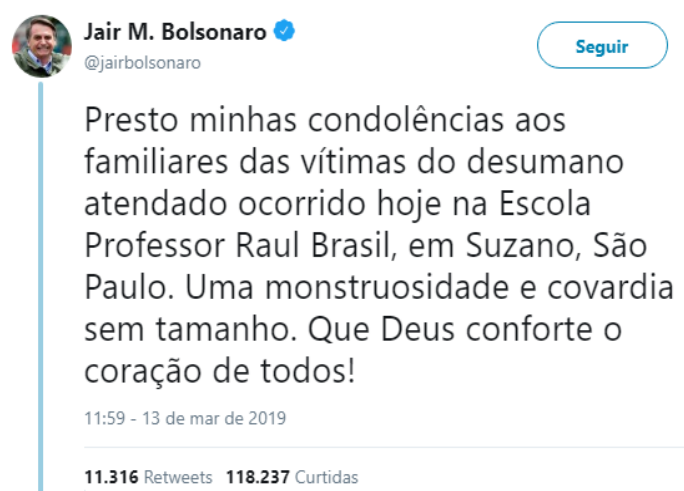
Diferentemente dos anos iniciais da profissão, quando a prática era associada negativamente à manipulação e ao *lobby*, hoje a carreira se atenta mais propriamente aos públicos com os quais a entidade se relaciona. De acordo com Grunig (2011):

Os profissionais de Relações Públicas estão mais propensos a auxiliar os públicos na construção de imagens positivas sobre a organização na medida em que a orientam a se comportar da forma como o público externo espera dele. Em outras palavras, os profissionais de Relações Públicas contemporâneos entendem que devem servir aos interesses das pessoas afetadas pelas organizações caso queiram também atender aos interesses dos empregadores para os quais trabalham (GRUNIG, 2011, p. 25).

Ou seja, antes, o trabalho do relações-públicas estava associado exclusivamente ao fortalecimento de organizações e empresas. Todavia, com o decorrer dos anos, um novo cenário se estabeleceu e grupos de pressão, incluindo a opinião pública, ganharam mais espaço para questionar ações e posturas de pessoas e órgãos, sejam eles públicos ou privados. Nesse sentido, a função do RP se tornou premente para compreender “as dores” dos públicos e assim levá-las para análise organizacional e, então, implantá-las tendo a visão macro dos acontecimentos. Empresas, pessoas e sociedade civil não estão isoladas, ao contrário, compõem um único sistema social no qual interagem e afetam uns aos outros, por isso, da mesma forma que o RP atua analisando cenários, ele também funciona como intermediador da informação entre organização e público. A imprensa, opinião pública e sociedade civil, por exemplo, integram o grupo de *stakeholders*.

Ao nos voltarmos para o caso da comunicação dirigida pelo presidente Jair Bolsonaro, identifica-se que a presença do relações-públicas estruturaria um plano de comunicação, englobando as ações, comunicações e preparo para os momentos de crise. No período analisado, além dos anúncios sobre propostas e novidades na área da Educação, no dia 13 de março o Brasil enfrentou uma tragédia: o massacre na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP). Na época, questionou-se o tempo que o presidente da República levou para se manifestar sobre o fato e, quando o fez, foi por meio do Twitter.

Imagem 14 - Tuíte de Bolsonaro sobre a tragédia na escola Professor Raul Brasil



FONTE: Bolsonaro, 2019.

Antes dele, o Planalto emitiu uma nota à imprensa, que não foi assinada. Em situações como essa, na presença de um RP, é possível direcionar as comunicações adequadas para cada

veículo. Tragédias sempre tomam conta do noticiário, dessa maneira, tendo o presidente um assessor de comunicação propriamente formado na área, seria possível prever um pronunciamento oficial pela televisão, rádio, além de uma coletiva de imprensa. O ocorrido ainda trouxe para discussão o debate sobre o porte de armas; medida em pauta neste novo governo, mas que naquela ocasião não era o momento mais propício de se abordar. Falamos da necessidade de um responsável da área porque, assim como expõe Grunig (2011), mais que a função tecnicista que há nas relações públicas, o profissional:

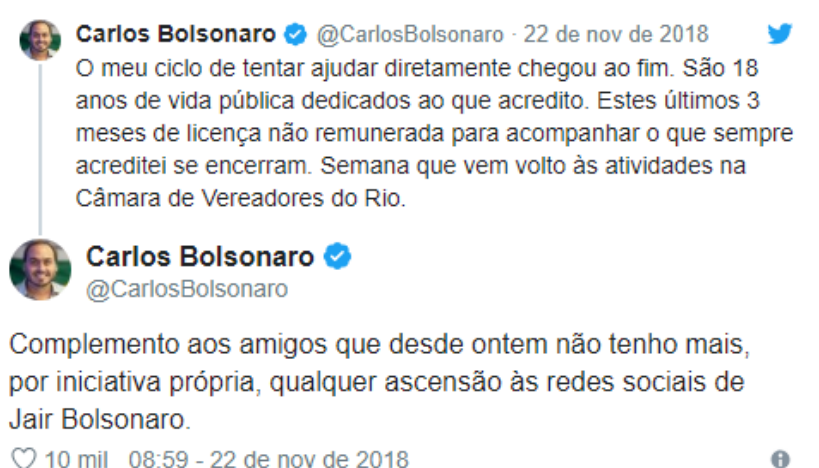
Exerce um papel gerencial estratégico além da função técnica de comunicação. Recusando-se a ser uma mera função de transmissão de mensagens que tentam defender a organização de seu ambiente, as relações públicas empenham-se em construir alianças com os públicos estratégicos no seu meio ambiente e dar-lhes voz no processo decisório que os influencia. Portanto, não devem ser confundidas com marketing ou com outras funções gerenciais. A atividade trata do gerenciamento da comunicação entre uma organização e todos os seus públicos (GRUNIG, 2011, p.40).

Ter um relações-públicas é determinante para a compreensão dos ambientes macro e micro nos quais a organização e seus públicos estão situados. O RP pode mediar esses relacionamentos e fazer uma comunicação dirigida principalmente em situações atípicas como crises, com cuidado para não fazer da ação marketing pessoal.

Durante as eleições, Carlos Bolsonaro¹⁹, filho do presidente, foi um dos responsáveis pela estratégia de comunicação da campanha eleitoral do pai; ele também esteve entre os nomes cogitados a ocupar a Secretaria de Comunicação (Secom) do novo governo, órgão oficial e responsável pela comunicação governamental federal. Em outro episódio envolvendo Carlos Bolsonaro e as redes sociais de Jair Bolsonaro, a revista *Época* noticiou que o filho estaria vetando o acesso do pai ao *Twitter* após uma discussão que os dois tiveram. Isso aconteceu quando Carlos já havia dito que não cuidava mais dos canais de comunicação do presidente. Com relação à incumbência da área de comunicação do governo Bolsonaro, as posturas assumidas rompem com muitos dos pontos propostos por Rego (1985), para quem é primordial “escolher equipes profissionais de assessores”.

¹⁹ Carlos Bolsonaro é graduado em Ciências Aeronáuticas pela Universidade Estácio de Sá e é vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro desde 2001.

Imagem 15 - Tuíte de Carlos Bolsonaro sobre as redes sociais de Jair Bolsonaro



FONTE: Bolsonaro, 2018.

A seguir, tem-se uma publicação na qual Bolsonaro destaca uma das divulgações feitas pela Secom, ressaltando a ausência de custo em comparação com veículos tradicionais. Embora a rede social traga vantagens como redução de gastos, é importante pensar em outros canais como maneira de atingir a democratização da informação. O profissional de comunicação deve ter o domínio teórico e técnico para saber produzir conteúdos da mesma forma que administrará conflitos; por trás de qualquer material, do textual ao visual, deve existir planejamento.

Imagem 16 - Tuíte de Bolsonaro sobre a Secom



FONTE: Bolsonaro, 2019.

De acordo com Kunsch (2004, p. 29), “administrar estrategicamente, nas organizações, a comunicação com os diferentes públicos envolvidos, por meio de um projeto global e com definição de políticas, é tarefa da área de relações públicas.” Entende-se aqui, na lógica da comunicação governamental, que o RP será o mediador com a sociedade civil, ONGs, opinião pública, imprensa, setor privado, grupos de pressão e etc. A sua interação se dará com diversos públicos porque o que vem do governo impacta a todos os segmentos da sociedade, por isso o planejamento de RP deve estar alinhado ao planejamento estratégico.

Para um bom desempenho da comunicação e do profissional de relações públicas, a priori é fundamental que os diferentes públicos sejam identificados e pensados singularmente. Antes de se comunicar, é preciso conhecer e entender com quem se busca criar elos: relacionamento e troca. Como descreve Kunsch (2004, p. 32), a comunicação do RP é pensada e discutida, utilizando-se de estudos, pesquisas e diagnósticos, estando atenta e disposta para realizar uma comunicação cada vez mais simétrica.

O relações-públicas, antes visto como fortalecedor da hegemonia de algum grupo predominante, hoje, na condição de exercer o âmago da sua função, é importante para lidar com momentos de insatisfação, rumores ou má-interpretações acerca da instituição que ele representa. E é preciso lembrar de que mesmo incorporando uma função mais estratégica e de relacionamentos, a profissão pertence também a área da Comunicação. “Comunicação, em síntese, é o processo de transferir uma informação selecionada (mensagem) de uma fonte de informação a um destinatário, ou seja, transferir significados” (FERREIRA, 2004, p. 73).

É por meio desse profissional que as mensagens são ressignificadas; como a organização pode se relacionar de diferentes formas a depender do nível de interesse e interação com cada público, o relações-públicas deve se aprofundar na comunicação dirigida. Esta expressão, segundo Andrade (1982 apud FERREIRA, 2004, p. 73), “é o processo que tem por finalidade transmitir ou conduzir informações para estabelecer comunicação limitada, orientada e frequente com determinado número de pessoas homogêneas e identificadas”.

A comunicação dirigida estrutura e planeja as mensagens para cada público, bem como os meios de comunicação mais adequados de serem usados para cada caso, permitindo que haja maiores e mais rápidos *feedbacks* - para os quais a comunicação de duas mãos é primordial. Ter órgãos, profissionais e canais oficiais e estratégicos de comunicação possibilita a transparência e permite que o cidadão tenha conhecimento do local onde buscar informações. “Para existir um bom nível funcional de Relações Públicas, deve existir, entre a organização e seus públicos, um sistema que permita a fluência de informações nos dois sentidos, tanto de ida como de volta” (SIMÕES, 1995, p. 87).

4.2 O papel estratégico do profissional de relações públicas na política

Como visto em capítulo anterior, a comunicação governamental esteve por muito tempo ligada à manutenção do poder e usada a favor de regimes autoritários, para os quais não era interessante a participação social. Todavia, sabe-se que relações públicas trata dos relacionamentos e deve ser um apoio para informar a sociedade e dar-lhe consciência sobre seus direitos. Como explicita Andrade (1968), dentro da realidade brasileira, um governo que realmente visa o bem e o crescimento do país, necessita comunicar de maneira transparente, com foco na explicação direta e dirigida, atendendo as particularidades de cada público, a fim de que todos compreendam como as ações de determinada política pública, por exemplo, podem afetá-los. “As relações públicas governamentais devem preocupar-se com o que os cidadãos pensam, sabem e agem em relação ao governo e o que o governo pensa, sabe e age em relação aos cidadãos, através do diálogo planejado e permanente. Devem realizar, em toda sua plenitude, a informação governamental” (ANDRADE, 1968, p. 65).

A utilização da extraordinária arma de comunicação para fins que não sejam exclusivamente o de informar e esclarecer, honesta e criteriosamente, é um crime tão sério que poderia ser capitulado entre as mais graves transgressões. Num país como o Brasil, onde a metade da população é analfabeta, e vê e ouve através de terceiros, a deformação da verdade dificulta a própria educação da coletividade. Governos bem intencionados dariam um grande passo no sentido do reconhecimento e da confiança pública se estabelecessem para os diversos setores da administração, normas rígidas para a utilização dos meios de comunicação (ANDRADE, 1965, p. 34).

O relações-públicas apresenta função estratégica em seu plano de trabalho e, fundamentalmente no caso da política, assume grande importância no processo de sensibilização, conquista e conexão entre a organização e seus públicos, por isso as estratégias devem ser pensadas de modo cuidadoso e articulado. Sobre o modelo de comunicação governamental, para Rego (1985):

O ponto de partida foi desenhado no início da década de 70, sob os auspícios da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, época em que o Brasil vivia momentos de intensa euforia, com campanhas de opinião pública bem elaboradas e orientadas por um forte cunho nacionalista” (REGO, 1985, p. 46).

Esse momento histórico que Rego nos situa abarcou a fase do milagre econômico brasileiro, censuras, mortes, desaparecimentos e a manipulação por meio do futebol. Contexto

em que se tinha um setor responsável pela comunicação do governo, com a finalidade de divulgar comunicados do interesse público, mas que na prática não assumia o compromisso cidadão com a verdade, pois outros assuntos eram selecionados ou maquiados para que a sociedade não soubesse o que de fato acontecia naquele momento no Brasil. Essa opção pode ser encarada como a estratégia escolhida pelo governo na época, ainda que negativa.

Como em qualquer outro segmento, na política, definir as estratégias permite identificar os canais e as maneiras com as quais se chegará ao público. Jair Bolsonaro, na campanha eleitoral de 2018, explorou principalmente dois canais que tinham aparecido de maneira tímida nas eleições anteriores: o *WhatsApp* e o *Twitter* foram as grandes surpresas e mobilizadoras da campanha política do presidente eleito. E mais que o *Twitter*, o *WhatsApp* desponta como canal informal de comunicação, onde há grupos de família e amigos, com mensagens instantâneas, com facilidade para enviar fotos e vídeos.

Tem-se, por conseguinte, um novo cenário para o relações-públicas no campo da política. Se antes a estratégia comunicacional estava mais ligada aos veículos tradicionais como rádio, jornais e televisão, agora é preciso estudar esse fluxo comunicacional informal, que é mais direto - tanto nas mensagens como na linguagem - e próximo das massas, possibilitando mais feedbacks. Sobre a comunicação formal, Kunsch (2003) discorre que:

É a que procede da estrutura organizacional propriamente dita, de onde emana um conjunto de informações pelos mais diferentes veículos impressos, visuais, auditivos, eletrônicos, temáticos etc., expressando informes, ordens, comunicados, medidas, portarias, recomendações, pronunciamentos, discursos, etc. (KUNSCH, 2003, p. 84).

Em contraponto, se na comunicação formal o fluxo parte da própria organização e de quem a representa - porta-vozes ou profissionais de relações-públicas e comunicação, na informal, outras pessoas, não ligadas diretamente à instituição, mas impactadas e na rede dela, podem agir como propagadores de informações. Nesse processo, há o fato de que a proximidade de se ter alguém conhecido, do círculo social, falando sobre algo gera mais credibilidade. A comunicação informal ultrapassa o espaço de controle da organização, por isso a necessidade do preparo prévio.

Identifica-se que relações públicas também é uma função política, ao passo que veicula, direta ou indiretamente, os interesses políticos da organização, e vem acompanhando a trajetória da política brasileira. Durante o regime militar, a profissão esteve a favor de legitimação do governo e sua soberania; após a abertura democrática, os *stakeholders* se

fizeram essenciais no processo comunicacional. “A finalidade última (ou primeira) das Relações Públicas é de, através da legitimação de sua autoridade de poder de decisão, influenciar os mercados para iniciar, expandir e manter as trocas com a organização, a fim de manter sua existência” (SIMÕES, 1995, p. 213).

No caso do estudo da educação na esfera do Poder Executivo Federal, a comunicação não pode ser pensada da maneira fragmentada, pois ela não fica exclusiva ao presidente da República. O Ministério da Educação, por exemplo, é ativo e determinante no processo comunicacional para tratar de um assunto de interesse público como é o caso da educação. Por conseguinte, a comunicação deve ser articulada e integrada; para esse fluxo, o relações-públicas é apoio na integração entre os sistemas envolvidos, realizando reuniões periódicas e na construção de uma comunicação dirigida, com mensagens personalizadas para os públicos específicos.

Para Rego (1985), a operacionalização e a organização da estrutura colabora para a efetivação desse processo. Segundo ele, “o desenvolvimento das atividades de comunicação governamental requer a especialização de funções. Uma estrutura simples, funcional, ajustada aos programas típicos de comunicação reparte as tarefas entre os departamentos” (REGO, 1985, p. 54). Ele prevê departamentos separados, mas integrados, como a imprensa e relações públicas:

Departamento de Imprensa como órgão de assessoramento direto, seja por meio da preparação dos ambientes e climas para entrevistas, seja por meio do contato com jornalistas e empresários de comunicação. Ao Departamento de Relações Públicas cabe cuidar de todo o atendimento de correspondência da Presidência da República. Receber, catalogar, classificar e responder todas as cartas que chegam, procurando particularizar. Além da preparação de campanhas, pesquisa e opinião pública, mailings, calendário de eventos, situações de crises (REGO, 1985, p. 55).

O relações-públicas na comunicação governamental pode ainda explorar canais como o rádio (A Voz do Brasil) e a televisão, além das emergentes redes sociais digitais. É importante dirigir cada uma das comunicações principalmente nos casos de explicações ou posicionamentos em momentos de crise. “A informação passou a ter um papel tão estratégico na política que, sem ela, dificilmente teria sido possível desenvolver-se um julgamento de corrupção dos políticos e da política” (BARBERO, 2011, p. 124).

Especialmente na política, como nos coloca Kunsch (2013, p. 4), “precisamos de uma comunicação que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a

um trabalho conjunto com os meios de comunicação.” O processo de ouvir a sociedade e entender as suas demandas permite o entendimento dos problemas vividos para assim agir a partir deles, como é o caso da educação. “Partindo do pressuposto de que a razão de ser do serviço público são o cidadão e a sociedade, deve-se avaliar se os órgãos públicos têm dedicado à comunicação a importância que ela merece como meio de interlocução com esses atores sociais e em defesa da própria cidadania” (KUNSCH, 2013, p. 4).

4.3 Perspectivas e desafios para a área de relações públicas

Neste cenário em que as pessoas cada vez mais estão tendo acesso a uma gama maior de informações, o relações-públicas é essencial na escolha dos temas e abordagens que deverão ser feitas, além de adquirir papel importante na simplificação da informação para o entendimento, comunicando de forma simples e eficaz. É o profissional de relações públicas o responsável pela sensibilização para tratar dos relacionamentos tanto da organização quanto com os *stakeholders*, estudando as melhores formas de se fazer uma comunicação frequente e dirigida.

Diante disso, espera-se que o relações-públicas seja valorizado como um recurso estratégico, que lidera, entre outras coisas, o processo total da comunicação e que está preparado para lidar com crises e a zelar pela reputação. Para isso, a profissão deve caminhar sempre com destino à humanização e entendimento dos seus públicos.

Com o planejamento estratégico é possível fazer uma análise ambiental externa e interna, chegando-se a um diagnóstico organizacional, capaz de indicar as ameaças e as oportunidades, os pontos fracos e os pontos fortes, ou seja, traçar um perfil da organização no mundo dos negócios, político e social (KUNSCH, 2004, p.28).

Independentemente do local de sua atuação, a informação é a base do trabalho, sendo a profissão cujas atividades abrangem formas e canais que permitem o diálogo personalizado entre um cidadão (ou um grupo restrito de cidadãos) e o agente público. É uma atualização contínua para entender as carências e aspirações dos públicos.

A informação e o conhecimento são hoje o eixo central do desenvolvimento social, e isso ainda mais nos países do chamado Terceiro Mundo, em países como a Colômbia, nos quais uma industrialização precária não impede que estejamos entrando numa sociedade cuja competitividade produtiva depende

mais da informação e do conhecimento do que das máquinas, mais da inteligência do que da força (BARBERO, 2011, p. 124).

Ao mesmo tempo em que a informação é uma aliada, ela pode ser um desafio. Por isso a importância de se estudar cada informação, seu processo e modos de replicabilidade, principalmente baseada em uma comunicação dirigida. “Para sairmos da crise em que fomos parar, é bom mudar de atitudes - uma delas é esta: se você não puder dizer toda a verdade (e na política nem sempre se pode) pelo menos evite mentir” (RIBEIRO, 2018, p. 59).

Sendo, então, o relações-públicas o profissional que trabalha a todo momento com a informação, ele necessita estar atento em como torná-la cada vez mais inclusiva e de acesso público na sociedade “Sua vocação não poderia ser estar a serviço da manipulação de vontades ou da eliminação da individualidade, características da comunicação fascista (LÓPEZ, 2011, p.65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área da Comunicação, em especial as Relações Públicas, avança cada vez mais para uma profissão humanizada que efetive o seu compromisso social. Quando falamos em relevância e impacto na sociedade, deparamo-nos com temas de interesse público, como é a Educação; e para falar do interesse público, uma das ferramentas é a comunicação governamental. Nos meios de comunicação como a televisão, rádio e jornais, a causa disputa com outros segmentos – esporte, política, saúde, entre outros – e muitas vezes não se torna notícia, contudo, os profissionais de comunicação necessitam estar atentos às maneiras como ela é trazida para o debate e, essencialmente, os canais escolhidos para abordar o tema.

Neste sentido, este trabalho foi importante para enfatizar como o relações-públicas assume função-chave e estratégica em uma instituição, principalmente no governo, onde se discute sobre políticas públicas que atingirão a todos os cidadãos. Além disso, o estudo sobre comunicação governamental necessita ser frequente, essencialmente em um regime democrático no qual se prima pela participação social e valorização da cidadania. Esses aspectos ressaltam, portanto, a relevância dessa pesquisa, destacando o fato de que nós, como comunicadores, precisamos inserir a Educação como pauta a ser comunicada, tanto no ambiente acadêmico como fora dele.

A proposta feita inicialmente consistia de compreender como a comunicação governamental tem sido usada estrategicamente para falar sobre educação. Ocorre que, com o estudo dos materiais selecionados, identificou-se que por meio da comunicação feita até agora por Jair Bolsonaro e sua equipe, a comunicação ainda não é uma das prioridades, embora seja vista como estratégica – vide a quantidade de vezes em que as redes sociais se tornaram porta-vozes do governo. Jair Bolsonaro não esteve no tradicional local que historicamente angaria votos, isto é, os debates presenciais e televisionados; todavia, apropriou-se das redes sociais.

Como colocado em um dos objetivos apresentados neste trabalho, entende-se que o novo cenário da comunicação e das redes sociais modificaram as relações e exposições com os stakeholders. Bolsonaro, assim como as demais pessoas públicas aqui tratadas, local em que se inserem também os dois ministros da Educação que já se passaram pelo MEC, utilizam-se do Twitter para reforçar pautas que não necessariamente envolvem soluções para os reais problemas da Educação brasileira. O espaço para discussões formulados via Twitter estabelecem uma falsa sensação de atividade participativa; isto porque qualquer interação ou participação social pressupõe uma via de duas mãos, na qual a informação é o alicerce para mobilização. Os embates e trocas nas redes sociais acabam muitas vezes não ultrapassando a

limítrofe do virtual, além de limitarem o grupo amostral, já que as redes sociais digitais, como sugere a sua razão inicial de criação, agem como entretenimento, em um ambiente onde na maioria dos momentos nos deparamos com um grupo homogêneo de ideias, por isso a problemática de se “governar” e fazer comunicação governamental exclusivamente nelas.

Partindo da comunicação governamental vigente, observou-se que o processo democrático é afetado no momento em que diante de um novo milênio, onde as Tecnologias de Informação e Comunicação predominam, há inúmeros desafios na área educacional que não são abarcados pela comunicação do presidente da República. Questões como formação docente, currículo, ensino integral, evasão escolar, qualidade do ensino, abrangência das habilidades socioemocionais e etc, ficam em segundo plano, em detrimento de aspectos como ideologia de gênero, partidos políticos e posicionamentos pessoais. Em suas comunicações, o que se evidencia é que não existe a cogitação de tratar de problemáticas mais prementes da realidade da educação brasileira. Tampouco se propõe revisitar políticas públicas que deram certo, dar continuidade ou reformulá-las. Neste âmbito, pontua-se que a análise está baseada no que foi comunicado, e tais urgências da educação do Brasil não estiveram sob os holofotes.

Isso compromete o processo democrático pois a partir do momento em que se é eleito para representar uma nação, deve-se governar para todos, com políticas inclusivas, não excludentes, como correm o risco de ser o ensino domiciliar ou os colégios militares, por exemplo. Todos esses pontos se tornam ainda mais de alerta quando pensamos na nossa Constituição Cidadã, cuja cidadania aparece em seu âmago e a Educação é uma das maneiras de efetivação.

É importante pontuar a comunicação feita pelo MEC. Diferentemente dos ministros da Educação ou do próprio presidente Bolsonaro, a assessoria de comunicação do MEC aparece como comprometida com o interesse público, executando uma comunicação governamental mais estratégica e articulada com os cidadãos. Nos comunicados, informa-se sobre datas, prazos, cursos, além de dicas, destaques e novidades, desprendendo-se de questões ideológicas e mantendo o compromisso de comunicar coisas tangíveis que de fato conversam com a realidade e necessidades dos cidadãos.

Por conseguinte, desde a campanha eleitoral até a sua eleição, Jair Bolsonaro dispensou uma equipe técnica da área preparada exclusivamente para o cuidado e planejamento da sua comunicação, ou mesmo assessoria. Seu próprio filho esteve à frente dos processos comunicacionais, sendo, inclusive, cogitado para assumir a Secretaria de Comunicação do governo. Neste sentido, o relações-públicas depara-se com um ambiente que ainda não o enxerga como totalmente estratégico ou importante no processo. Porém, como visto, o RP é

primordial para a prevenção e gerenciamento de crises ou de situações esporádicas que possam causar desarmonia na instituição, seja interna ou externamente. Há muitos instrumentos de comunicação que podem aumentar a participação dos cidadãos e o relações-públicas tem a capacidade de organizá-las para tal e, sendo bem exercida, legitima o poder decisório da organização frente aos públicos.

No que tange a atuação na comunicação governamental, o profissional é importante no trabalho com a informação e a maneira como ela é comunicada. Em um regime democrático, a transparência é aspecto-base, existindo o compromisso de agir com sinceridade, dizendo tudo o que acontece, por mais que não sejam tão favoráveis ao governo. O relações-públicas pode, até mesmo, apoiar no modo como cada notícia será comunicada, para se precaver ou corrigir medidas que foram tomadas para corrigí-los de crises.

Por fim, comunicar em uma democracia é essencial para os quesitos de cidadania e a Educação é espaço fundamental também para a consciência crítica e reflexão social. Educação, Comunicação e Cidadania caminham juntas. Para um país como o nosso, os três valores, quando alinhados e, acima de tudo, respeitados, são fortalezas para termos condições mais justas, principalmente quando falamos de uma Constituição que estabelece tais direitos para a população, a qual em diversos momentos se vê carentes de informações ou respaldo de quem a representa. Espera-se que a comunicação governamental, essencialmente no âmbito do Executivo Federal, leve para debate público as propostas educacionais condizentes com o contexto local e global, sempre em consonância com o compromisso social que há por trás de qualquer comunicado feito, por mais simples que possa ser ou parecer.

REFERÊNCIAS

APARACI, Roberto (Org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. Porto Alegre: Paulinas, 2014.

AGOSTINI, Renata. Ministro da Educação diz que filmar professores em aula é direito dos alunos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-educacao-diz-que-filmar-professores-em-aula-e-direito-dos-alunos,70002808189>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ALMEIDA, Rodolfo; LUPION, Bruno; MARIANI, Daniel. 10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil. 2016. *Nexo Jornal*. São Paulo, 2 set. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>. Acesso em: 17 fev. 2019.

AMADO, Guilherme. Carlos veta acesso de Jair Bolsonaro ao Twitter. *Época*. [s. l.], 24 abr 2019. Disponível em: https://epoca.globo.com/guilherme-amado/carlos-veta-acesso-de-jair-bolsonaro-ao-twitter-23619613?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em: 10 mai. 2019.

AMARAL, Tabata. *Perfil oficial da deputada federal Tabata Amaral no Twitter*. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/tabataamaral/status/1111008403755798528>. Acesso em: 3 abr. 2019.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Para entender relações públicas*. São Paulo: Editora Biblos, 1983.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Administração de relações públicas no governo*. São Paulo: Loyola, 1982.

AZEVEDO, André Luiz; MARTINS, Marco Antônio; TRIGUEIRO, André. Jair Bolsonaro afirma que não vai a debates no segundo turno. *G1*. Rio de Janeiro, 18 out 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/18/jair-bolsonaro-afirma-que-nao-vai-a-debates-no-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BACCEGA, M. A. Campo Comunicação/Educação: mediador do processo de recepção. In: _____; COSTA, Maria Cristina Castilho. *Gestão da Comunicação: epistemologia e pesquisa teórica*. São Paulo: Paulinas, 2009. 10-31.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação: lugar de formação crítica, de disputa pela hegemonia dos significados e da práxis da comunicação. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Márcio; MORAIS, Oswaldo José (Orgs.). *Comunicação, educação e cultura na Era Digital*. São Paulo: INTERCOM, 2009. 241-260.

BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Márcio; MORAIS, Oswaldo José. (Orgs.). *Comunicação, educação e cultura na Era Digital*. São Paulo: INTERCOM, 2009.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Agenda setting e recepção*. Associação Brasileira de Escolas de Comunicação - ABECOM, 1994.

BERALDO, Paulo; BRIDI, Carla; LARA, Matheus. 100 tuítes da família Bolsonaro em 100 dias de governo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,100-tuites-da-familia-bolsonaro-em-100-dias-de-governo,70002784968>. Acesso em: 23 mai. 2019.

BOLSONARO, Carlos. *Perfil oficial do vereador Carlos Bolsonaro no Twitter*. 2019. Disponível em: https://twitter.com/CarlosBolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 15 mai. 2019.

BOLSONARO, Eduardo. *Perfil oficial do deputado federal Eduardo Bolsonaro no Twitter*. 2019. Disponível em: https://twitter.com/BolsonaroSP?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 15 mai. 2019.

BOLSONARO, Jair. *Perfil oficial do presidente Jair Bolsonaro no Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 1 mai. 2019.

CAETANO, Guilherme. Você não gosta de mim, mas Harvard gosta: alvo de Bolsonaro, Paulo Freire é referência em universidades do exterior. *O Globo*. [s. l.], 2 mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/voce-nao-gosta-de-mim-mas-harvard-gosta-alvo-de-bolsonaro-paulo-freire-referencia-em-universidades-do-exterior-23634269>. Acesso em: 27 mai. 2019.

CAFARDO, Renata; JANSEN, Roberta. Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tres-vezes-mais-ao-pais,70002473230> Acesso em: 15 mar. 2019.

CAFARDO, Renata. MEC manda e-mail para escolas pedindo que cantem o hino e leiam slogan da campanha *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mec-manda-email-para-escolas-pedindo-que-cantem-o-hino-nacional-e-filmem-as-criancas/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CENÁRIOS da Educação. *Todos Pela Educação*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao/>. Acesso em: 08 mar. 2019.

CENSO ESCOLAR. Dados finais do Censo Escolar 2018 são publicados no Diário Oficial da União. *INEP*, Brasília, 21 dez 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-finais-do-

censo-escolar-2018- sao- publicados-no-diario-oficial-da-uniao/21206. Acesso em: 14 mar. 2019.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. *República Federativa do Brasil*. Texto compilado, 1988.

CONTEÚDO ESTADÃO. Professor pode ter opinião fora do horário de aula, diz Weintraub. *Exame*. 29 abr 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/professor-pode-ter-opinioao-fora-do-horario-de-aula-diz-weintraub/>. Acesso em: 27 mai. 2019.

COSTA, M. C. C. Censura não é educação. In: CITELLI, Adílson Odair; _____. (Orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. Paulinas, 2011. p. 89-105.

COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. *BBC Brasil*. São Paulo, 13 mai. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 25 mar. 2019.

CROVI DRUETTA, D. M. A trama reticular da educação: uma perspectiva desde a comunicação. In: APARICI, Roberto. (Org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 121-135.

CROVI DRUETTA, D. M. Desafios atuais da área da comunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Cristina Castilho. (Orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. Paulinas, 2011. p. 108-120.

DEBATE NA BAND: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidenciáveis. *BAND Jornalismo*. São Paulo, 9 ago. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c. Acesso em: 22 jan. 2019.

DEBATE PRESIDENCIAL NA REDETV! *Rede TV*. [s. l.], 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=99SmMo1XqzQ>. Acesso em 23 jan. 2019.

DUARTE, J. Sobre emergência do (s) conceito (s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 121-137.

DUARTE, Jorge (Org); Vários Autores. *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

EDUCAÇÃO é a base. *BNCC*. [s. l.], 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ELER, Guilherme; FRAGA, Olívia. Como os candidatos tratam da educação nos planos de governo. *Nexo Jornal*. São Paulo, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/25/Como-os-candidatos-tratam-da-educacao-nos-planos-de-governo>. Acesso em: 16 fev. 2019.

FERRARI, Márcio. Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência. *Nova Escola*. São Paulo, 1 out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>. Acesso em: 27 mai. 2019.

FERREIRA, W. Comunicação dirigida: instrumento de relações públicas. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 32-73.

FLORIANO, Haline; MASSONETTO, Ana. O que os(as) deputados(as) podem fazer pela educação pública brasileira. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 abr. 2019. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/o-que-osas-deputadosas-podem-fazer-pela-educacao-publica-brasileira/?fbclid=IwAR1qDSqnsjzmKdz4GHmJph4PgCqbqlpTsL_OaYnC0bILmmO1TpKrg1KsAhY. Acesso em: 29 abr. 2019.

FRANÇA, F. Relações públicas: visão 2000. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 3-10.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Vida, 2001.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

GRUNIG, James E; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamento*. 2ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988.

KUNSCH, M. M. K. A comunicação na área pública, um direito de cidadania. In: MATOS, Heloiza. (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A comunicação na área pública, um direito de cidadania. In: _____. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 15-24.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento estratégico e excelência da comunicação. In: _____. (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 25-31.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 1986.

LINDNER, Julia. Bolsonaro: ‘Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política’. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comeca-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>. Acesso em: 27 mai. 2019.

LINDNER, Julia; RIBEIRO, Luci. Carlos Bolsonaro não comanda mais redes sociais do pai. *Terra*. [s. l.], 22 out. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/carlos-bolsonaro-diz-que-nao-comanda-mais-redes-sociais-do-pai,8259235cc932a227d3a32c394e51a63cdokvs40u.html>. Acesso em: 11 mai. 2019.

LOBEL, Fabrício. Na internet, Bolsonaro diz não entender criminosos em escola de Suzano. 2019. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/na-internet-bolsonaro-diz-nao-entender-criminosos-em-escola-de-suzano.shtml>. Acesso em 10 mai. 2019.

LÓPEZ, J. C. J. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 75-83.

MAIA, Dhiego. Bolsonaro propõe reduzir verba para cursos de sociologia e filosofia no país. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>. Acesso em: 27 mai. 2019.

MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. (Orgs). *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Cristina Castilho. (Orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. Paulinas, 2011. p. 121 - 130.

MATOS, H. Comunicação pública no Twitter. In: _____. (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, Heloiza. (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, H. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 40-55.

MEC. *Perfil oficial da Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação no Twitter*. Disponível em: https://twitter.com/MEC_Comunicacao. Acesso em: 11 mai. 2019.

MUNIZ Sodré no Roda Viva. *Roda Vida*. [s. l.], 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JrmmExBUxyQ>. Acesso em: 5 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

NASSAR, P. O uso das novas tecnologias. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 125-138.

NOVA ESCOLA. Veja perguntas e respostas sobre o homeschooling, ou educação domiciliar. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-homeschooling-ou-educacao-domiciliar.shtml#?loggedpaywall?loggedpaywall>. Acesso em: 27 mai. 2019.

OLIVEIRA, Elida. Abraham Weintraub: saiba quem é o novo ministro da Educação. *G1*. [S.l.], 8 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/abraham-weintraub-saiba-quem-e-o-novo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2019.

OLIVEIRA, Kelly. Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas desempenho escolar é ruim. *Agência Brasil*. Brasília, 6 jul. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-07/brasil-gasta-6-do-pib-em-educacao-mas-desempenho-escolar-e-ruim>. Acesso em: 21 mar. 2019.

OROZCO-GÓMEZ, G. Entre telas: novos papéis comunicativos e educativos dos cidadãos. In: APARICI, Roberto. (Org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 280-286.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania, e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. (Orgs). *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011. 120 - 151.

POZOBON, R. O. Comunicação, política e democracia: novas configurações em um espaço público mediatizado. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 169-175.

REDAÇÃO. Bolsonaro vota sim à PEC 241 e seguidores se revoltam com decisão. *Catraca Livre*. [S.l.], 11 out 2016. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-vota-sim-pec-241-e-seguidores-se-revoltam-com-decisao/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

REDAÇÃO. Deputada Tabata Amaral viraliza após questionar Ministro da Educação. *Glamour*. [s. l.], 28 mar. 2019. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2019/03/deputada-tabata-amaral-viraliza-apos-questionar-ministro-da-educacao.html>. Acesso em: 03 abr. 2019.

REDAÇÃO. É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' para crianças de seis anos. *G1*. [s. l.], 16 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2019.

REDAÇÃO. Eduardo Bolsonaro anuncia mudança de voto na PEC 241: ele e o pai votarão à favor do Brasil. *Jornal Livre*. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://jornalivre.com/2016/10/10/eduardo-bolsonaro-anuncia-mudanca-de-voto-na-pec-241-ele-e-o-pai-votarao-a-favor-do-brasil/>. Acesso em 23 mai. 2019.

REDAÇÃO. Não ir a debates contra Haddad é possibilidade estratégica, admite Bolsonaro. *Gazeta do Povo*. Rio de Janeiro, 11 out 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/nao-ir-a-debates-contr-haddad-e-possibilidade-estrategica-admite-bolsonaro-20e5ib4pe7xd1wsunw1f41z4v>. Acesso em: 15 fev. 2019.

REDAÇÃO. Vélez Rodríguez diz que “percebeu erro” e muda comunicado sobre o hino. *Exame*. [s. l.], 26 fev. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/velez-rodriguez-diz-que-percebeu-erro-e-muda-comunicado-sobre-o-hino/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. *Marketing político e governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo: Summus, 1985.

RIBEIRO, Renato Janine. *A pátria educadora em colapso: reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Perfil oficial do ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez*. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/ricardovelez>. Acesso em: 23 mai. 2019.

ROLANDO, S. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 25-30.

SIMÕES, Roberto Porto. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus, 1995.

SOUSA, Rebeca. Morre o mestre Paulo Freire. *O Povo*. [s. l.], 17 jul. 2012. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/acervo/noticiashistoricas/2012/07/11/noticiasnoticiashistoricas,2876434/morte-paulo-freire.shtml>. Acesso em: 18 de mai. 2019.

TSE. *Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 20 jan. 2019.

URIBE, Gustavo. Em entrevista, Bolsonaro defende troca de patrono da educação. *Folha de São Paulo*. [s. l.], 29 abr. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/em-entrevista-bolsonaro-defende-troca-de-patrono-da-educacao.shtml?utm_source=instagram&utm_medium=social&utm_campaign=igfolha. Acesso em: 27 mai. 2019.

VALDERRAMA, C. E. Cidadania e formação cidadã na sociedade da informação. In: APARICI, Roberto. (Org.) *Educomunicação: para além do 2.0*. Tradução Luciano Menezes Reis. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 296-299.

VICK, Mariana. O que há de Paulo Freire nas escolas públicas brasileiras. *Nexo Jornal*. São Paulo, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/16/O-que-h%C3%A1-de-Paulo-Freire-nas-escolas-p%C3%BAblicas-brasileiras>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011. 102-119.

WEFFORT, F. C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 4-26.

WEINTRAUB, Abraham. *Perfil oficial do ministro da Educação Abraham Weintraub*. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/AbrahamWeint> . Acesso em: 15 mai. 2019.

